

CONTRATO Nº 014-2024/P

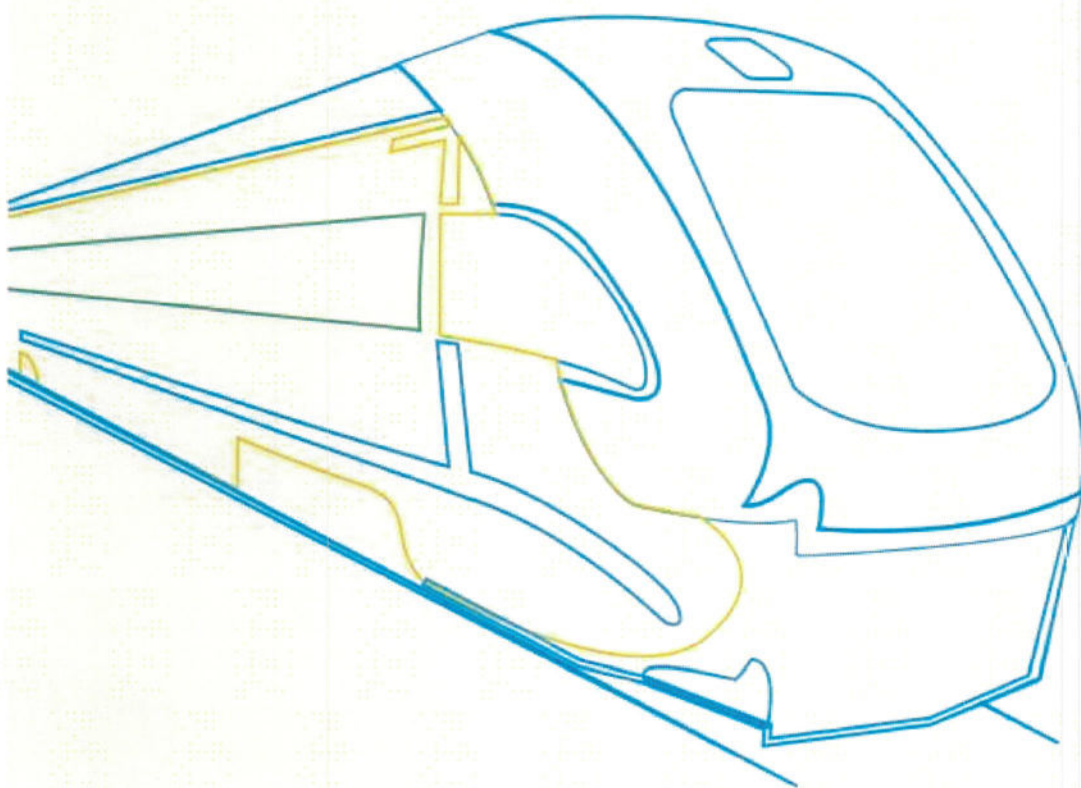
COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS

URBANOS - CBTU

&

CARREIRA E SARTORELLO ADVOGADOS

ASSOCIADOS



CBTU - COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS



**CBTU**

Companhia Brasileira de Trens Urbanos

Administração Central

CONTRATANTE: COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS - CBTU**CONTRATADA: . CARREIRA E SARTORELLO ADVOGADOS ASSOCIADOS****CLÁUSULAS CONTRATUAIS**

CLÁUSULA PRIMEIRA:	- OBJETO
CLÁUSULA SEGUNDA:	- EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS
CLÁUSULA TERCEIRA:	- PRAZO DE VIGÊNCIA
CLÁUSULA QUARTA:	- INÍCIO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS
CLÁUSULA QUINTA:	- VALOR DO CONTRATO
CLÁUSULA SEXTA:	- FORMA DE PAGAMENTO
CLÁUSULA SÉTIMA:	- DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
CLÁUSULA OITAVA:	- REAJUSTE
CLÁUSULA NONA:	- GARANTIA DE EXECUÇÃO
CLÁUSULA DÉCIMA:	- OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA
CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA:	- OBRIGAÇÕES DA CBTU
CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA:	- TRIBUTOS
CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA:	- EXONERAÇÃO DE RESPONSABILIDADES
CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA:	- GESTÃO E FISCALIZAÇÃO
CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA:	- RECEBIMENTO DO OBJETO
CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA:	- SUBCONTRATAÇÃO
CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA:	- SIGILO
CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA:	- CESSÃO DO CONTRATO
CLÁUSULA DÉCIMA NONA:	- DIREITOS PATRIMONIAIS E AUTORAIS
CLÁUSULA VIGÉSIMA:	- ALTERAÇÃO CONTRATUAL
CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA:	- SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA:	- EXTINÇÃO E RESCISÃO
CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA:	- RECURSO ADMINISTRATIVO
CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA:	- COMUNICAÇÃO ENTRE AS PARTES
CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA:	- ANEXOS
CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA:	- CASOS OMISSOS
CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA:	- PROTEÇÃO DE DADOS
CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA:	- PUBLICAÇÕES
CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA:	- DISPOSIÇÕES GERAIS
CLÁUSULA TRIGÉSIMA:	- FORO



CBTU

Companhia Brasileira de Trens Urbanos

Administração Central

Contrato de prestação de serviços que entre si celebram, de um lado a COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS – CBTU e do outro, CARREIRA E SARTORELLO ADVOGADOS ASSOCIADOS, na forma abaixo:

PREÂMBULO

A COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS - CBTU, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 42.357.483/0001-26, com sede no endereço SBN (Setor Bancário Norte) Quadra 01, Edifício CNC, 9º ao 13º andar – CEP 70041-902 – Brasília/DF, neste ato representada por seu Diretor-Presidente Sr. JOSÉ MARQUES DE LIMA, portador da carteira de identidade nº [REDACTED], expedida pela SSP/PE, inscrito no CPF/ME sob o nº [REDACTED] e Diretora de Administração e Finanças Sra. ADRIANA FONSECA LINS, portadora da carteira de identidade nº [REDACTED], expedida pelo CREA/RJ, inscrita no CPF/ME sob o nº [REDACTED] e o escritório CARREIRA E SARTORELLO ADVOGADOS ASSOCIADOS, inscrita no CNPJ-ME sob o nº 05.905.879/0001-34, com sede na cidade de Bauru, estado de São Paulo, na Avenida Getúlio Vargas, nº 20-87, Jardim Europa, Bauru/SP, CEP: 17017-383, neste ato representada pelo Sócio Administrador DIRCEU CARREIRA JUNIOR, portador da Carteira de Identidade nº [REDACTED] expedida pela SSP/SP, inscrita no CPF/ME sob o nº [REDACTED], doravante denominada CONTRATADA, vem celebrar o presente Termo de Contrato, em decorrência do **Pregão Eletrônico nº 05-2023/GALIC/P**, Processo Administrativo **PROT nº 6549/2023**, e em observância às disposições da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, do Decreto 8.945, de 27 de dezembro de 2016, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, do Decreto nº 8.538, de 6 de outubro de 2015, da Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 05/2017, do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CBTU – RILC/CBTU e dos preceitos de direito privado, bem como em harmonia com os princípios constitucionais, princípios da Administração Pública, disposições do Tribunal de Contas da União e pelas Cláusulas e Condições a seguir enunciadas:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O presente contrato tem por objeto a **contratação de sociedade de advogados, regularmente constituída, para o patrocínio e o gerenciamento de ações, processos e procedimentos judiciais e administrativos relacionados ao contencioso de massa ou massificado, de interesse da Companhia Brasileira de Trens Urbanos — CBTU, na Administração Central e nas suas Superintendências**



CBTU

Companhia Brasileira de Trens Urbanos

Administração Central

Regionais, conforme especificações constantes do Termo de Referência, que é parte integrante deste instrumento – Anexo I.

1.2. Integram, ainda, o presente contrato a proposta apresentada pela **CONTRATADA** – Anexo II, bem como o Regulamento Interno de Licitações, Contratações Diretas, Contratos e Convênios, da CBTU – RILC/CBTU, disponível em: https://www.cbtu.gov.br/images/licitacoes/rilc_cbtu.pdf; independentes de transcrição.

1.3. Em caso de divergência ou contradição entre as disposições dos documentos mencionados nos itens anteriores e as deste contrato, prevalecerão as regras contidas no contrato.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

2.1. O serviço contratado será realizado por execução indireta, mediante preço unitário de ação judicial sob o patrocínio e gerenciamento da sociedade de advogados.

2.2. Os serviços a serem executados, bem como suas especificações e detalhamentos, constam do Termo de Referência, **ANEXO I** do presente Contrato.

2.3. Na execução dos referidos serviços, a **CONTRATADA** se compromete a cumprir as normas e especificações vigentes, observando os procedimentos técnicos mais avançados.

2.4. Reserva-se à **CBTU** o direito de estabelecer normas e instruções complementares visando à perfeita execução dos serviços prestados pela **CONTRATADA**.

2.5. A execução dos serviços objeto do presente contrato ocorrerá da forma descrita no Termo de Referência, que é parte integrante deste instrumento – Anexo I.

2.6. Durante toda a execução deste contrato a **CONTRATADA** se compromete a observar, integralmente, os dispositivos previstos no Código de Ética, no Código de Conduta e Integridade e na Política de Transações com Partes Relacionadas, todos elaborados pela Companhia Brasileira de Trens Urbanos – CBTU.

2.7. Para efeito de cumprimento da regra supracitada, os documentos referidos no item anterior se encontram disponíveis nos seguintes endereços eletrônicos, facultando-se à **CONTRATADA**, ainda, solicitar formalmente cópia daqueles ao gestor deste instrumento:

2.7.1. Código de Ética:

<https://www.cbtu.gov.br/images/home/acbtu/codigodeeticacbtu190918.pdf>;

2.7.2. Código de Conduta e Integridade:

https://www.cbtu.gov.br/images/gagov/codigo_de_conduta_e_integridade.pdf; e



CBTU

Companhia Brasileira de Trens Urbanos

Administração Central

2.7.3. Política de Transações com Partes Relacionadas:

https://www.cbtu.gov.br/images/gagov/politica_de_transacoes_com_partes_relacionadas.pdf.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – PRAZO DE VIGÊNCIA

3.1. O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir da data da sua assinatura.

3.2. O presente contrato poderá ser prorrogado por interesse das partes nos termos do art. 71, da Lei nº 13.303/2016 e do art. 233, do RILC/CBTU, até o limite de 5 (cinco) anos, mediante celebração de Termo Aditivo, caso sejam preenchidos os requisitos abaixo enumerados, de forma simultânea, e autorizado formalmente pela autoridade competente:

3.2.1. Os serviços tenham sido prestados regularmente, nos termos contratuais e da legislação vigente;

3.2.2. A **CBTU** mantenha interesse na realização do serviço;

3.2.3. O valor do contrato permaneça economicamente vantajoso para a **CBTU**;

3.2.3.1. O valor do contrato será considerado vantajoso para **CBTU** quando for igual ou inferior ao valor estimado para a realização de novo procedimento de contratação;

3.2.4. A **CONTRATADA** concorde expressamente com a prorrogação; e

3.3. A **CONTRATADA** não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

3.4. É possível a prorrogação deste contrato por prazo diverso do contratado originalmente.

3.4.1. No caso da prorrogação ser por prazo superior ao contratado originalmente, deverá ser demonstrado tecnicamente, com base na complexidade e/ou na peculiaridade do objeto, o benefício advindo para a **CBTU**.

3.5. A prorrogação deste contrato deverá ser promovida mediante a celebração de termo aditivo.

4. CLÁUSULA QUARTA – INÍCIO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1. O prazo para início da prestação dos serviços dar-se-á mediante a emissão pela **CBTU** da 1ª Ordem de execução - OEX e o aceite do referido documento pela **CONTRATADA**.

4.2. Será emitida uma Ordem de Execução - OEX para cada exercício fiscal.

4.3. O prazo previsto no item 3.1, da Cláusula Terceira, só poderá ser suspenso, por acordo entre as partes, desde que ocorra motivo imperioso e extraordinário, devidamente justificado e comprovado, fato



que ensejará a suspensão da execução do contrato enquanto perdurarem os motivos relevantes.

4.3.1. Também será permitida a suspensão do contrato por motivo de força maior devidamente comprovada.

4.4. Além das hipóteses previstas no item anterior, este contrato poderá ser suspenso no caso de indisponibilidade de limite de empenho ou de limite financeiro decorrente de contingenciamento do orçamento fiscal da União.

4.4.1. Neste caso a CBTU deverá notificar formalmente a CONTRATADA acerca da suspensão, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

4.5. A suspensão será formalizada através de Termo Aditivo, onde será definida, sempre que possível, a expectativa de prazo para o reinício da execução, sendo recomendável a elaboração de cronograma de execução.

4.6. Nestes casos a CBTU atribuirá ao contrato a título de prorrogação, um acréscimo de prazo igual ao período de tempo de suspensão.

5. CLÁUSULA QUINTA – VALOR DO CONTRATO

5.1. Este contrato possui o valor global de R\$ 2.093.803,20 (dois milhões, noventa e três mil, oitocentos e três reais e vinte centavos).

5.2. No valor total previsto acima estão incluídas todas as despesas diretas e indiretas, necessárias à completa execução dos serviços contratados, além das despesas relativas ao apoio administrativo, escritórios, encargos relativos às leis sociais e trabalhistas, seguros, taxas, licenças e tributos de qualquer natureza, que incidam ou venham a incidir sobre o Contrato ou sobre o seu objeto, indispensáveis a perfeita execução e pleno desenvolvimento dos serviços, assim como o lucro da CONTRATADA.

5.3. Pela prestação dos serviços objeto do presente Contrato a CBTU pagará à CONTRATADA o valor unitário mensal, por ação, de R\$ 29,98 (vinte e nove reais e noventa e oito centavos).

5.3.1. Para efeito do disposto no item acima será desconsiderado o número de litigantes, no polo ativo ou passivo da ação.

5.3.2. No caso de carta precatória, o seu valor será de 50% (cinquenta por cento) do valor a ser pago por ação.

5.3.2. No caso de a CBTU ser intimada somente para prestar informações em ações judiciais em trâmite das quais não integre a lide como parte, o seu valor será de 50% (cinquenta por cento) do valor a ser pago por ação.



CBTU

Companhia Brasileira de Trens Urbanos

Administração Central

5.4. O valor global previsto no item 5.1 é meramente estimativo, tomando por base o quantitativo de ações estimado no edital da licitação e no termo de referência - Anexo I; entretanto os pagamentos à **CONTRATADA** levarão em conta apenas o quantitativo de ações judiciais ATIVAS e FATURÁVEIS sob o seu patrocínio no mês de referência.

5.5. Salvo na hipótese de o início da prestação dos serviços coincidir com o primeiro dia do mês, os pagamentos referentes ao primeiro e ao último mês de vigência deste contrato serão realizados *pro rata die*.

6. CLÁUSULA SEXTA – FORMA DE PAGAMENTO

6.1. O pagamento será efetuado pela **CBTU** no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento do documento de cobrança (Nota Fiscal/Fatura).

6.1.1. Com relação à Carta Precatória o valor será 50% (cinquenta por cento) do montante a ser pago por ação.

6.2. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme estabelecido neste Termo de Referência.

6.3. A documentação de cobrança (Nota Fiscal/Fatura) relativa à prestação dos serviços deverão ser entregues pela sociedade de advogados:

6.3.1. Em meio físico, no Protocolo da **CBTU**, cujo endereço será fornecido pela gestão/fiscalização do contrato; ou

6.3.2. Em meio digital no endereço eletrônico fornecido pela gestão e fiscalização do contrato, desde que seja possível atestar a confiabilidade do documento enviado.

6.4. A documentação de cobrança (Nota Fiscal/Fatura) deverá vir acompanhada da documentação indispensável à aferição de sua exatidão, bem como das certidões atualizadas regularidade fiscal - CRF e a Certidão da Receita Federal, INSS, FGTS — além de cópia de consultas nos cadastros SICAF, CEIS, CNEP, TCU (licitantes inidôneos), CNJ (improbidade) e CADIN.

6.5. Havendo erro na apresentação do documento de cobrança ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a sociedade de advogados providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a **CBTU**.

6.6. Nos preços dos serviços propostos já deverão estar incluídos todos os tributos, encargos, fretes, além de ônus da legislação trabalhista e taxas de bonificação e despesas indiretas.

6.6.1. No caso de contratos com pagamentos por etapas, a **CONTRATADA** poderá apresentar os documentos de cobrança à **CBTU** tão logo ocorra a atestação pela fiscalização/gestão do cumprimento



CBTU

Companhia Brasileira de Trens Urbanos

Administração Central

das etapas contratuais previstas.

6.7. Na hipótese de ocorrer algum tipo de irregularidade nos documentos de cobrança emitidos, a **CBTU** notificará por escrito à **CONTRATADA** para que sejam procedidas as devidas correções. Caso o problema seja detectado nos 5 (cinco) primeiros dias úteis após a entrega da fatura pela **CONTRATADA**, a contagem do prazo de pagamento será reiniciada após a entrega dos documentos corrigidos. Por outro lado, se a **CBTU** perceber algum erro após o 5º (quinto) dia útil da entrega dos referidos documentos, a contagem de tempo para pagamento será interrompida, reiniciando a sua contagem quando do recebimento no protocolo da **CBTU** dos documentos corrigidos.

6.7.1. Na hipótese do item acima, a documentação corrigida poderá ser entregue diretamente à gestão/fiscalização do contrato, desde que possível a efetiva comprovação da data do recebimento.

6.8. Do valor das faturas a serem pagos serão deduzidos/retidos os encargos fiscais e previdenciários cabíveis, de acordo com a legislação e as normas internas pertinentes.

6.9. No caso de eventuais atrasos de pagamento de obrigações contratuais, incidirão sobre os valores devidos juros moratórios simples de 6% (seis por cento) ao ano, ou seja 0,5% (cinco décimos por cento) ao mês, *pro rata die*, desde a data do vencimento da obrigação até a data do efetivo pagamento da obrigação principal.

6.10. A atualização monetária por eventuais atrasos de pagamento das obrigações contratuais será calculada com base na variação do IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Amplo, *pro rata die*, desde a data do vencimento até a data do efetivo pagamento da obrigação principal.

6.11. No caso da documentação apresentar alguma irregularidade, será considerada a data do recebimento da documentação devidamente regularizada na **CBTU**.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista para o exercício de 2024, conforme classificação abaixo:

7.1.1. Programa de Trabalho: 225780

7.1.2. Elemento de Despesa: 339039

7.1.3. Plano Interno: A1DEJR01

7.1.4. Natureza da Despesa: Custeio



7.1.5. Nota de Empenho: 001669, data: 06/08/2024.

7.2. A despesa para os exercícios subsequentes, quando for o caso, será alocada à dotação orçamentária prevista para atendimento dessa finalidade, a ser consignada a **CBTU**, pela Lei Orçamentária Anual.

8. CLÁUSULA OITAVA – REAJUSTE

8.1. O valor consignado no contrato será corrigido anualmente, observado o interregno mínimo de um ano, contado a partir da data da apresentação da proposta final.

8.2. O valor do contrato, estabelecido neste contrato será reajustado, mediante aplicação da seguinte expressão:

$$\frac{R=VUM (I1 - I0)}{I0}$$

Onde:

- a) R = Valor Base de Remuneração, reajustado.
 - b) VUM = Valor (unitário) Mensal de Remuneração.
 - c) I0 = Índice econômico setorial Índice Nacional de Preços ao Consumidor INPC, publicado pelo IBGE correspondente ao mês de reajuste anual da Proposta (data base).
 - d) I1 = Mesmo Índice anterior correspondente ao mês de reajuste anual do contrato.
- 8.3. Havendo outro indicador inflacionário, a critério da Diretoria da OAB/DF, que promoverá, no primeiro dia útil de cada mês, a publicação no valor real da Unidade Referencial de Honorários no site da OAB/DF (www.oabdf.org.br).
- 8.4. Se a época do reajuste não houver possibilidade de obtenção do índice relativo ao mês deste reajuste I1 este deverá ser calculado provisoriamente, acrescentando ao último índice conhecido, a última variação conhecida, obtendo-se, assim, o índice provisório do mês de reajuste (I1).
- 8.5. Como a maioria dos índices econômicos mensais são conhecidos até o dia 15 do mês subsequente à sua aprovação, a **CONTRATADA** deverá apresentar os documentos de acerto da diferença de reajuste, no prazo de até 10 (dez) dias, após a divulgação oficial dos índices e serão adotados os seguintes procedimentos:

8.5.1. No caso de a diferença ser a favor da **CONTRATADA**, a data de pagamento do



CBTU

Companhia Brasileira de Trens Urbanos

Administração Central

correspondente acerca fica prorrogada, na mesma proporção dos dias que ultrapassarem os (10) dias citados, sem incidência de qualquer ônus para CBTU.

8.5.2. No caso de a diferença ser a favor da CBTU, esta, deduzirá o valor correspondente a diferença de índices da próxima cobrança apresentada.

8.6. A periodicidade de aplicação desta expressão de reajuste será anual, tendo como termo inicial a data da apresentação da proposta adjudicada na licitação para o primeiro o reajuste e para os subsequentes, a data do último reajuste.

8.6.1. No caso de última cobrança, o cálculo do reajustamento deverá ser feito sempre com a utilização do índice definitivo do reajustamento devido.

8.7. Havendo atraso ou antecipação na execução dos serviços, relativamente à previsão do respectivo cronograma, que decorra da responsabilidade ou iniciativa da CONTRATADA, o reajustamento obedecerá às seguintes condições:

8.7.1. Quando houver atraso, sem prejuízo da aplicação das sanções contratuais devidas pela mora:

8.7.1.1. aumentando os preços, prevalecerão os índices vigentes na data em que deveria ter sido cumprida a obrigação;

8.7.1.2. diminuindo os preços, prevalecerão os índices vigentes na data do efetivo cumprimento da obrigação;

8.7.2. Quando houver antecipação, prevalecerão os índices vigentes na data do efetivo cumprimento da obrigação.

8.8. Na hipótese de atraso na execução do contrato por culpa da CBTU, prevalecerão os índices vigentes neste período, se os preços aumentarem, ou serão aplicados os índices correspondentes ao início do respectivo período, se os preços diminuírem.

9. CLÁUSULA NONA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

9.1. A CONTRATADA prestará garantia correspondente ao percentual de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, podendo, nos termos do parágrafo primeiro, do art. 70, da Lei nº 13.303/2016, optar pelas modalidades relacionadas abaixo:

9.1.1. Caução em dinheiro: deverá ser depositada na Caixa Econômica Federal – CEF, em conta específica com correção monetária, em favor da CBTU, conforme orientação da gestão do contrato;

9.1.2. Seguro-garantia: a apólice de seguro deverá ser emitida por instituição autorizada pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, a operar no mercado securitário;



CBTU

Companhia Brasileira de Trens Urbanos

Administração Central

9.1.3. Fiança bancária: a Carta de Fiança deverá ser emitida por instituição financeira autorizada pelo Banco Central do Brasil – BACEN, a funcionar no Brasil.

9.2. A **CONTRATADA** deverá apresentar à **CBTU** o comprovante de prestação da garantia, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data do protocolo de entrega da via do contrato assinado.

9.2.1. A **CONTRATADA** poderá solicitar por escrito, com as devidas justificativas, antes do término do prazo acima mencionado, a prorrogação do prazo para a apresentação da garantia, por igual período, cujo deferimento ficará a critério da **CBTU**, mediante anuência da gestão do contrato.

9.3. A garantia prestada assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

9.3.1. prejuízos advindos pelo descumprimento do objeto do contrato e/ou do inadimplemento das demais obrigações nele previstas;

9.3.2. prejuízos causados à administração, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

9.3.3. as multas sancionatórias aplicadas pela **CBTU** à **CONTRATADA**; e

9.3.4. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza não cumpridas pela **CONTRATADA**.

9.4. Não serão aceitas garantias na modalidade seguro-garantia em cujos termos não constem expressamente os eventos indicados nos subitens 9.3.1 a 9.3.4, do item anterior.

9.5. Na hipótese de a garantia se consolidar por meio de seguro-garantia ou fiança bancária, estes deverão ter validade de, no mínimo, 90 (noventa) dias além do vencimento do prazo contratual, quando então o instrumento será devolvido à **CONTRATADA** após a verificação do cumprimento de todas as obrigações contratuais e emissão do Termo de Encerramento do Contrato.

9.6. Quando a garantia se consolidar através de seguro-garantia, a **CONTRATADA** deverá comprovar o pagamento integral do prêmio.

9.6.1. A apólice de seguro deverá prever expressamente a responsabilidade da seguradora por todas e quaisquer multas de caráter sancionatório aplicadas à **CONTRATADA**.

9.7. A **CBTU** oferecerá modelo de Carta de Fiança, onde constará a renúncia expressa do fiador ao benefício de ordem previsto no art. 827, nos termos do inciso I, do art. 828, ambos do Código Civil Brasileiro.

9.7.1. À garantia prestada mediante fiança bancária aplica-se, ainda, as regras previstas nos artigos 835 a 839, do Código Civil Brasileiro.

9.8. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia, previsto no item 9.2 desta Cláusula, acarretará a aplicação de multa de 0,2% (dois décimos por cento) do valor total do contrato, por dia de atraso, até o limite máximo de 5% (cinco por cento).



CBTU

Companhia Brasileira de Trens Urbanos

Administração Central

9.9. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a **CBTU** a promover a rescisão do contrato, por descumprimento ou cumprimento irregular das cláusulas deste contrato, nos termos do art. 68, inciso VII, da Lei nº 13.303/2016 e dos artigos 239 e 240, I, do RILC/CBTU.

9.10. Em caso de alteração do valor contratual, prorrogação do prazo de vigência, utilização total ou parcial da garantia pela **CBTU** ou, ainda, em outras situações que impliquem em perda ou insuficiência da garantia, a **CONTRATADA** deverá providenciar a complementação ou substituição da garantia prestada no prazo determinado pela **CBTU**, observadas as condições originais para aceitação da garantia estipuladas nesta Cláusula.

9.11. O garantidor deverá declarar expressamente que tem plena ciência dos termos do edital e das cláusulas contratuais.

9.12. Será considerada extinta a garantia:

9.12.1. Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento da importância em dinheiro depositada a título de garantia, acompanhada de declaração da **CBTU**;

9.12.2. No prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência, caso a **CBTU** não comunique a ocorrência de sinistres.

9.12.3. Em ambos os casos previstos nos subitens anteriores, deverá ser emitido pela **CBTU** o Termo de Encerramento, cientificando que a **CONTRATADA** cumpriu todas as cláusulas do contrato.

9.13. A **CBTU** não executará a garantia na ocorrência de uma ou mais das seguintes hipóteses:

9.13.1. Caso fortuito ou força maior;

9.13.2. Alteração, sem prévio conhecimento da seguradora ou do fiador;

9.13.3. Descumprimento das obrigações pela **CONTRATADA** decorrentes de atos ou fatos praticados pela **CBTU**;

9.13.4. Atos ilícitos dolosos praticados pelos empregados da **CBTU**.

9.14. Caberá a própria **CBTU** apurar a isenção da responsabilidade prevista nos subitens 9.13.3 e 9.13.4 desta Cláusula, não sendo a entidade garantidora parte no processo instaurado pela **CBTU**.

9.15. Não serão aceitas garantias que incluam outras isenções de responsabilidade que não as previstas no item 9.13 desta Cláusula.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1. Além das obrigações constantes das demais cláusulas contratuais, do Termo de Referência e da proposta, partes integrantes deste termo de contrato, independente de transcrição, cabe à



CBTU

Companhia Brasileira de Trens Urbanos

Administração Central

CONTRATADA o cumprimento das seguintes obrigações:

10.1.1. Manter, durante a vigência deste contrato, todas as condições de habilitação exigidas quando da contratação, devendo proceder com a comprovação sempre que solicitado pela **CBTU**;

10.1.2. Comunicar a imposição de penalidade que acarrete o impedimento de licitar e contratar com a **CBTU**, nos termos da Lei nº 13.303/2016;

10.1.3. Cumprir, dentro dos prazos estipulados, as obrigações contratuais assumidas;

10.1.4. Respeitar as normas e procedimentos internos da **CBTU**, inclusive os relativos ao acesso às dependências da Companhia, visando à perfeita execução do objeto deste contrato, apresentando as informações solicitadas e os documentos comprobatórios do adequado cumprimento das obrigações contratuais.

10.1.5. Organizar, técnica e administrativamente os serviços sob sua responsabilidade, bem como supervisionar, administrar e direcionar as atividades de seus empregados e, em sendo o caso, de seus subcontratados autorizados, responsabilizando-se integralmente por todos os atos e/ou omissões daqueles quanto às técnicas utilizadas na execução dos serviços e ao atendimento das normas e legislações vigentes.

10.1.6. Responsabilizar-se pelo estudo e avaliação das especificações técnicas e documentos fornecidos pela **CBTU**, bem como pela execução e qualidade dos serviços contratados, utilizando-se de pessoal qualificado, equipamentos, materiais e procedimentos técnico-administrativos adequados, cabendo-lhe alertar a **CBTU** sobre falhas técnicas ou quaisquer anormalidades eventualmente encontradas.

10.1.7. Responsabilizar-se pelo transporte do seu pessoal até as dependências da **CBTU**, quando for o caso.

10.1.8. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções decorrentes da execução ou dos materiais empregados.

10.1.9. Responder pela correção e qualidade dos serviços nos termos da proposta apresentada, observadas as normas técnicas, administrativas e éticas aplicáveis.

10.1.10. Responder por todos os danos causados diretamente à **CBTU** ou a terceiros, durante a execução deste contrato, não restando excluída ou reduzida esta pela presença daquela ou acompanhamento da execução pela fiscalização do contrato.

10.1.11. Observar o horário de trabalho estabelecido pela **CBTU**, em conformidade com a legislação trabalhista.

10.1.12. Alocar os recursos materiais e humanos necessários à execução do objeto contratual,



CBTU

Companhia Brasileira de Trens Urbanos

Administração Central

assumindo integral e exclusiva responsabilidade sobre todos e quaisquer ônus trabalhistas e previdenciários, bem como os atinentes a seguro com acidentes de trabalho de seus empregados, zelando pela fiel observância da legislação incidente.

10.1.13. Recrutar, selecionar e encaminhar os empregados necessários à realização dos serviços, de acordo com a qualificação mínima exigida no edital e/ou no termo de referência.

10.1.14. Submeter a relação dos empregados e/ou subcontratados que prestarão os serviços objeto deste contrato, previamente, à CBTU, podendo esta requerer a substituição daqueles que, a seu juízo, não preencham as condições de idoneidade e de capacidade exigível para os serviços, bem como daqueles que venham a apresentar, dentro das dependências da CBTU, comportamento em desacordo com a legislação, normas internas ou RILC/CBTU.

10.1.15. Pagar todos os encargos trabalhistas, fiscais e comerciais, que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre o objeto deste contrato, podendo a CBTU, a qualquer tempo, exigir da CONTRATADA a comprovação de sua regularidade.

10.1.16. Permitir vistorias e acompanhamento da execução do objeto contratual pela gestão e/ou fiscalização do contrato.

10.1.17. Providenciar para que não haja qualquer parada ou atraso na execução dos serviços objeto deste contrato e, se por qualquer motivo, ocorrer a indisponibilidade de qualquer serviço ou recurso, se comprometa a buscar os meios necessários ao seu restabelecimento, sem qualquer ônus adicional à CBTU.

10.1.18. Não infringir quaisquer direitos autorais, patentes, registros ou propriedade de marcas que tenham relação com o objeto deste contrato, sendo responsável pelos prejuízos, inclusive honorários de advogado, custas e despesas decorrentes de qualquer medida ou processo administrativo ou judicial iniciado em face da CBTU, por acusação desta natureza.

10.1.19. Designar um preposto como responsável pelo contrato para ser o interlocutor da CONTRATADA perante a CBTU, podendo, eventualmente, participar de reuniões, devendo zelar pelo fiel cumprimento das obrigações previstas neste instrumento.

10.1.20. Cuidar para que o preposto indicado mantenha permanente contato com a unidade responsável pela fiscalização do contrato e adote as providências requeridas relativas à execução dos serviços pelos empregados, assim como comande, coordene e controle a execução dos serviços contratados.

10.1.21. A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais, não transfere a responsabilidade por seu pagamento à CBTU, nem poderá onerar o objeto deste contrato.

10.2. É expressamente vedada à CONTRATADA:



CBTU

Companhia Brasileira de Trens Urbanos

Administração Central

10.2.1. a veiculação de publicidade acerca deste contrato, salvo se houver prévia autorização da **CBTU**.

10.2.2. ceder ou transferir a terceiros o presente Contrato, no todo ou em parte, sem prévio e expresse consentimento da **CBTU**, nos casos excepcionais previstos neste contrato.

10.3. A **CONTRATADA** deverá observar, integralmente, durante toda a execução deste instrumento, os dispositivos previstos no Código de Ética, no Código de Conduta e Integridade e na Política de Transações com Partes Relacionadas, todos elaborados pela **CBTU**, conforme previsto nos itens 2.6 e 2.7, da Cláusula Segunda deste Contrato.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – OBRIGAÇÕES DA CBTU

11.1. Além das obrigações constantes das demais cláusulas contratuais, do termo de referência e da proposta, partes integrantes deste termo de contrato, independente de transcrição, caberá à **CBTU**, ainda o cumprimento das seguintes obrigações:

11.1.1. Garantir o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, a fim de manter as condições efetivas da proposta, conforme previsão do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal.

11.1.1.1. Em havendo alteração deste contrato que aumente os encargos da **CONTRATADA**, a **CBTU** deverá restabelecer, por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial.

11.1.2. Fornecer todas as informações, esclarecimentos e documentos necessários à **CONTRATADA** para a perfeita execução dos serviços;

11.1.3. Exercer, através do gestor e do fiscal, ampla fiscalização e acompanhamento durante a execução dos serviços objeto deste contrato;

11.1.4. Realizar o recebimento do objeto contratual, quando o mesmo estiver em conformidade com as especificações constantes deste contrato e do termo de referência;

11.1.5. Efetuar os pagamentos devidos à **CONTRATADA** pelos serviços prestados, nas condições estabelecidas neste contrato;

11.1.6. Indicar os empregados para a gestão e fiscalização do contrato;

11.1.7. Fornecer condições adequadas para instalação dos equipamentos, quando for o caso;



CBTU

Companhia Brasileira de Trens Urbanos

Administração Central

11.1.8. Entregar desimpedida e desembaraçada a área indispensável à execução dos serviços para a CONTRATADA, quando for o caso;

11.1.9. Providenciar o acesso da CONTRATADA aos locais onde serão realizados os serviços, quando for o caso;

11.1.10. Permitir o acesso dos empregados da CONTRATADA às suas dependências para a execução dos serviços, quando for o caso;

11.1.11. Observar o cumprimento dos requisitos de qualificação profissional exigidos no edital e no termo de referência, solicitando à CONTRATADA as substituições e os treinamentos que se verificarem necessários;

11.1.12. Comunicar, sempre por escrito e em tempo hábil, à CONTRATADA, quaisquer instruções e/ou procedimentos a serem adotados em relação aos serviços contratados;

11.1.13. Aplicar à CONTRATADA as penalidades contratuais e legais cabíveis, mediante procedimento administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa; e

11.1.14. Expedir após vencido o prazo do Contrato, Termo de Quitação Recíproca, a ser assinado pelas partes, desde que não existam pendências físicas e/ou financeiras no Contrato.

11.2. A CBTU deverá disponibilizar à CONTRATADA, através do gestor deste contrato, seu Código de Ética, seu Código de Conduta e Integridade e sua Política de Transações com Partes Relacionadas, em meio eletrônico e/ou físico.

11.3 Pagar à CONTRATADA as importâncias devidas pelos serviços prestados, observados o disposto nas cláusulas deste contrato, Edital, Termo de Referência e Proposta independente de transcrição.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – TRIBUTOS

12.1. Atribui-se à CONTRATADA a responsabilidade pelo pagamento de quaisquer tributos existentes à data da assinatura do Contrato, seja obrigação acessória ou principal e cuja incidência decorra, direta ou indiretamente, do negócio jurídico aqui formulado, bem como seguros e licenças exigidas pelo Poder Público.

12.2. A inadimplência da CONTRATADA com referência aos encargos mencionados no item anterior, não transfere à CBTU a responsabilidade pelo seu pagamento, nem poderá onerar o objeto deste Contrato ou restringir a regularização e a prestação dos serviços.

12.3. Em caso de alteração das alíquotas dos tributos ou instituição de novos a partir da data da apresentação da proposta que venham a incidir diretamente nos preços dos serviços objeto do Contrato,



CBTU

Companhia Brasileira de Trens Urbanos

Administração Central

estes preços poderão ser alterados desde que comprovado por meio de documento hábil a ser apresentado pela **CONTRATADA** tão logo sejam oficialmente publicados.

12.4. O disposto no item anterior não se aplica se qualquer dos eventos acima resultar de mora imputável à **CONTRATADA**.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – EXONERAÇÃO DE RESPONSABILIDADES

13.1. As partes não são responsáveis pelo inadimplemento que resultar de casos fortuitos ou de força maior previsto no artigo 393 do Código Civil Brasileiro.

13.2. A parte cuja obrigação for impedida ou retardada por qualquer dos fatos ou atos acima mencionados, deverá, imediatamente, comunicar e provar a ocorrência, expondo as razões pelas quais está compelida a retardar a execução do pactuado.

13.3. Cessando o impedimento, aplica-se, se for o caso, o disposto nos itens 4.3 e 4.4 da Cláusula Quarta.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

14.1. A gestão, a fiscalização e a supervisão do contrato ficarão a cargo da **CBTU**, através da área demandante da contratação que, dentre outras atribuições que lhe são próprias, terão o encargo de acompanhar a conformidade da execução dos serviços, materiais técnicos e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste; apontando os atrasos e fatos ocorridos durante a execução dos serviços passíveis de sanções.

14.1.1. Considerando as desta contratação, conforme estabelecido no ETP nº 001/2023/GAJUR/P, deverá ser observada a viabilidade de adotar a gestão por toda a área jurídica — Gerência Geral, Gerência Operacional e Coordenações Técnica e Operacionais, desde que a matéria seja pertinente às respectivas atribuições, de maneira compartilhada e sistemática; conforme autoriza o art. 8º, §§4º e 5º do Decreto nº 11.246/2022.

14.1.2. Caso adotada a sugestão acima, o chefe da área jurídica da Administração Central responderá pelas decisões e pelas ações tomadas no seu âmbito de atuação.

14.2. A **CBTU** nomeará gestor e fiscais técnicos e setoriais do contrato, os quais serão especialmente designados, por ato específico, no prazo de 10 (dez) dias contados da data da assinatura do instrumento contratual.

14.3. As atividades de gestão e fiscalização deverão observar as regras estabelecidas neste termo de



CBTU

Companhia Brasileira de Trens Urbanos

Administração Central

referência, no edital de licitação, no contrato e na proposta da sociedade de advogados.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA ACEITAÇÃO E RECEBIMENTO DO OBJETO

15.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo dos serviços, nos termos abaixo, devendo ser observado, ainda, o disposto no item 6.6 do Termo de Referência.

15.2. Nos primeiros 05 (cinco) dias úteis do mês à sociedade de advogados deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual do mês anterior.

15.3. O recebimento provisório será realizado pelos fiscais após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:

15.3.1. A **CBTU** realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio dos fiscais, com auxílio de outros profissionais da Companhia, se for o caso, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os ajustes, as dúvidas e as inconsistências porventura identificadas.

15.3.2. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, os fiscais deverão apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos na forma do item 6.5 do Termo de Referência, que poderá resultar no redimensionamento dos quantitativos e valores a serem pagos ao escritório, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

15.4. No prazo de até 5 (cinco) dias úteis a partir do recebimento dos documentos da sociedade de advogados, o fiscal deverá elaborar manifestação em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

15.5. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

15.6. Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

15.7. No prazo de até 3 (três) dias úteis a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, através da elaboração de termo circunstanciado, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços.

15.8. Ato contínuo, a sociedade de advogados será comunicado para que emita o documento de cobrança, com o valor exato dimensionado pela fiscalização e aprovado pelo Gestor do Contrato.

15.9. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da sociedade de



CBTU

Companhia Brasileira de Trens Urbanos

Administração Central

advogados pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei nº 10.406, de 2002).

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – SUBCONTRATAÇÃO

16.1. A **CONTRATADA**, desde que autorizada prévia, formal e expressamente pela **CBTU**, poderá subcontratar partes do objeto contratual, **até o limite de 25% (vinte e cinco por cento)** do valor total contratado definido no item 5.1, da Cláusula Quinta do presente contrato, desde que se trate de:

16.1.1. atividades de suporte administrativo que não configurem exercício privativo da profissão de advogado, como por exemplo, a contratação de profissionais da área contábil; e

16.1.2. atividades jurídicas meramente operacionais, tais como a realização de audiências, de diligências, acompanhamento de prazos, juntada de documentos, dentre outras; exercidas, exclusivamente, nos Estados onde não sejam exigidas a constituição de sede, filial ou escritório.

16.2. Salvo nas hipóteses previstas no subitem 16.1 deste Contrato, é vedada a subcontratação de correspondentes para a realização de audiências.

16.3. Na hipótese de subcontratação de serviços, a **CONTRATADA** deverá assumir a inteira responsabilidade decorrente do disposto neste Contrato.

16.4. A subcontratada deverá atender, em relação ao objeto da subcontratação, proporcionalmente, as mesmas exigências de habilitação exigidas da **CONTRATADA**.

16.5. A sociedade subcontratada atuará sob a orientação e o controle da **CONTRATADA**, sendo desta a responsabilidade pela definição da estratégia a ser nas ações de interesse da **CBTU**, em conjunto com a gestão e a fiscalização do contrato.

16.6. A subcontratação sem a autorização da **CBTU** a que se refere o item 16.1 desta Cláusula ou em desacordo com o estabelecido no art. 78, § 2º, da Lei 13.303/2016 e no art. 224, § 2º, do RILC/CBTU, caracteriza-se como inadimplemento contratual, ensejando à **CONTRATADA** as sanções previstas neste contrato.

16.7. A **CONTRATADA** é responsável por quaisquer atos e/ou omissões praticados pela subcontratada, em decorrência da execução do objeto deste contrato.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – SIGILO

17.1. A **CONTRATADA** se compromete a manter sigilo relativamente aos dados, materiais, documentos e informações de natureza sigilosa que venha a ter acesso em decorrência da execução deste



CBTU

Companhia Brasileira de Trens Urbanos

Administração Central

contrato, responsabilizando-se pela orientação de seus empregados acerca desta Cláusula e respondendo, em caso de descumprimento da mesma, na forma da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 e demais normas aplicáveis.

17.2 A **CONTRATADA** se obriga por si e por seus empregados, prepostos e/ou colaboradores a manter a confidencialidade e sigilo relativo a qualquer informação obtida em razão do presente contrato. A **CONTRATADA** reconhece que tanto este contrato como todos os documentos, dados e informações dele decorrentes constituem dados e elementos confidenciais reservados, que só poderão ser revelados a terceiros com o prévio consentimento por escrito da **CONTRATANTE** ou em consequência de imposição legal. A obrigação de sigilo perdurará na vigência do Contrato e 5 (cinco) anos após o seu término. A **CONTRATADA** assume também total responsabilidade por quebra de sigilo realizada por seu empregado, preposto e/ou colaborador.

17.3 A **CONTRATADA** obriga-se a cientificar expressamente seus empregados, prepostos, contratados e/ou terceiros a ela relacionados sobre o caráter sigiloso das informações, tomando todas as medidas necessárias para que as mesmas sejam divulgadas tão somente aos empregados, prepostos, contratados e/ou terceiros a ela relacionados que necessitam ter acesso a elas, para propósitos deste Contrato.

17.4 A não-observância de quaisquer das disposições de confidencialidade estabelecidas neste instrumento, sujeitará à **CONTRATADA**, como também ao agente causador ou facilitador, por ação ou omissão de qualquer daqueles relacionados deste contrato, ao pagamento, ou recomposição, de todas as perdas e danos, bem como as de responsabilidade civil e criminal respectivas, bem a como a multa contratual de até 10% (dez por cento) do valor inicial do contrato.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – CESSÃO DO CONTRATO

18.1. Fica vedado à **CONTRATADA** transferir ou ceder, a qualquer título, os direitos e obrigações assumidos nesse contrato, bem como caucioná-lo ou utilizá-lo para qualquer operação financeira.

19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DIREITOS PATRIMONIAIS E AUTORAIS

19.1. Os direitos patrimoniais e autorais de projetos ou serviços técnicos especializados desenvolvidos por profissionais autônomos ou por empresas contratadas decorrentes da execução deste contrato passam a ser propriedade da **CBTU**, sem prejuízo da preservação da identificação dos respectivos autores e da responsabilidade técnica a eles atribuída.

19.1.1. A **CONTRATADA** fica proibida de comercializar os produtos gerados, relativos à prestação dos serviços de que trata o objeto deste Contrato.



CBTU

Companhia Brasileira de Trens Urbanos

Administração Central

20. CLÁUSULA VIGÉSIMA – ALTERAÇÃO CONTRATUAL

- 20.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 81, da Lei nº 13.303/2016.
- 20.2. As alterações contratuais serão formalizadas através de Termo Aditivo.
- 20.3. A celebração de aditamentos contratuais deverá ser precedida de acordo entre as partes e atenderá às regras dispostas nos artigos 232 e 234, do RILC/CBTU.
- 20.4. Nenhum acréscimo poderá exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, facultada a supressão acima deste limite, observada, em ambos os casos, a necessidade de acordo prévio entre as partes.

21. CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 21.1. São situações ensejadoras da aplicação de sanções à **CONTRATADA**, o atraso injustificado na execução deste contrato (mora) e/ou a sua inexecução total ou parcial.
- 21.2. O atraso injustificado na execução deste contrato sujeita a **CONTRATADA** à multa de mora, nos termos do art. 82, da Lei nº 13.303/2016.
- 21.2.1. A multa moratória será de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre a parcela inadimplida, até o limite de 10% (dez por cento).
- 21.2.2. A multa a que alude este item não impede que a **CBTU** rescinda e/ou aplique as outras sanções previstas neste contrato.
- 21.3. A inexecução total ou parcial deste contrato sujeita a **CONTRATADA** às seguintes sanções, desde que observado o devido processo administrativo sancionador, garantidos o contraditório e a ampla defesa:
- 21.3.1. Advertência;
- 21.3.2. Multa, limitada a 10% (dez por cento) sobre o valor do saldo remanescente do contrato, no caso de sua inexecução parcial;
- 21.3.3. Multa, limitada a 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato, no caso de sua inexecução total; e
- 21.3.4. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com toda a **CBTU**, incluindo a Administração Central e as Superintendências de Trens Urbanos, por prazo não superior a 2 (dois) anos.



CBTU

Companhia Brasileira de Trens Urbanos

Administração Central

21.4. A multa aplicada será compensada com eventuais créditos em favor da **CONTRATADA** decorrentes da execução deste Contrato, observadas as disposições dos artigos 368 e seguintes do Código Civil de 2002.

21.5. Caso não seja possível a utilização da regra prevista no item anterior, a multa será executada na seguinte ordem:

21.5.1. Mediante cobrança administrativa, através do envio, pelo gestor do contrato, de Guia de Recolhimento da União – GRU, à **CONTRATADA**, para pagamento no prazo definido pela autoridade competente;

21.5.2. Mediante desconto da garantia de execução, caso prevista;

21.5.3. Mediante descontos dos pagamentos eventualmente devidos pela CBTU, caso a multa seja de valor superior ao valor da garantia prestada, sem prejuízo da perda desta; ou

21.5.4. Mediante processo de execução, valendo o presente contrato como título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 784, inciso III, do Novo Código Processual Civil.

21.6. A suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a **CBTU** poderá ser aplicada à **CONTRATADA** nas hipóteses previstas pelo art. 245, do RILC/CBTU.

21.7. As sanções previstas nesta Cláusula poderão também ser aplicadas às empresas ou aos profissionais que, em razão deste contrato:

21.7.1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

21.7.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação; ou

21.7.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a **CBTU**, em virtude de atos ilícitos praticados.

21.8. O processo administrativo sancionador observará o disposto nos artigos 247 e 248, do RILC/CBTU.

21.9. Aplicam-se a este contrato as normas de direito penal previstas no Capítulo II-B do Título XI da Parte Especial do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal).

22. CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – EXTINÇÃO E RESCISÃO

22.1. Este contrato será extinto:

22.1.1. Pela completa execução do seu objeto ou pelo advento de termo ou condição nele prevista;



22.1.2. Pelo término do seu prazo de vigência;

22.1.3. Pela sua rescisão.

22.2. A rescisão deste contrato poderá ser:

22.2.1. Por ato unilateral de qualquer das partes, precedido de comunicação escrita e fundamentada da parte interessada a ser enviada a outra parte com antecedência mínima de 30 (trinta) dias;

22.2.1.1. Na hipótese de serviços continuados de caráter essencial, o prazo a que alude o subitem acima não poderá ser inferior a 90 (noventa) dias.

22.2.2. Amigável, por acordo entre as partes reduzida a termo de distrato, desde que haja conveniência para a **CBTU**;

22.2.3. Pela via judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.

22.3. Além das hipóteses acima, constituem motivos para a rescisão deste contrato as hipóteses previstas no art. 240, do RILC/CBTU, sendo dispensável observar o prazo previsto no subitem 22.2.1. desta Cláusula.

22.4. Quando a rescisão deste contrato ocorrer sem que haja culpa da outra parte contratante, será esta ressarcida dos prejuízos que houver sofrido, desde que regularmente comprovados.

22.5. A rescisão deste contrato será devidamente publicada no Diário Oficial da União.

23. CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – RECURSO ADMINISTRATIVO

23.1. Das penalidades aplicadas em decorrência deste contrato caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data da intimação ou da ciência do ato.

23.1.1. A fase recursal obedecerá ao disposto nos capítulos III e IV, do Título IV, do RILC/CBTU.

24. CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – COMUNICAÇÃO ENTRE AS PARTES



CBTU

Companhia Brasileira de Trens Urbanos

Administração Central

24.1. Fica estabelecido que quaisquer avisos e/ou comunicações entre as partes serão efetuados por escrito e dirigidos para os seguintes endereços:

24.1.1. **COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS – CBTU:**

24.1.1.1. Endereço: SBN (Setor Bancário Norte) Quadra 01, Edifício CNC,
9º ao 13º andar – CEP 70041-902 – Brasília/DF;

24.1.1.2. Correio Eletrônico: dir.p@cbtu.gov.br

24.1.1.3. Telefone: (61) 2107-8372

24.1.2. Empresa: **CARREIRA E SARTORELLO ADVOGADOS ASSOCIADOS**

24.1.2.1. Endereço: na Avenida Getúlio Vargas, nº 20-87, Jardim Europa, Bauru/SP

CEP: 17017-383

24.1.2.2. Correio Eletrônico: contato@carreiraesartorello.com.br

24.1.2.3. Telefone: (14) 3879-0070

25. CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA – ANEXOS

25.1. Integram este contrato, independente de transcrição, os seguintes documentos:

25.1.1. ANEXO I – Termo de Referência;

25.1.2. ANEXO II – Proposta de Preços atualizada da **CONTRATADA**, datada de 7 de agosto de 2024;

25.1.3. Edital de Pregão Eletrônico nº 005-2023-GALIC/P; e

25.1.4. O Regulamento Interno de Licitações, Contratações Diretas, Contratos e Convênios, da CBTU – RILC/CBTU, disponível em: https://www.cbtu.gov.br/images/licitacoes/rilc_cbtu.pdf

25.2. Em caso de divergência entre as disposições do presente Contrato e as dos documentos referidos nesta Cláusula prevalecerão a do Edital.

26. CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA – CASOS OMISSOS

26.1. Os casos omissos que porventura surgirem quando da execução do objeto contratual ou da interpretação das Cláusulas deste contrato serão decididos pela **CBTU**, segundo as disposições contidas



CBTU

Companhia Brasileira de Trens Urbanos

Administração Central

na Lei nº 13.303/2016 e no RILC/CBTU, bem como dos preceitos de direito privado.

27. CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA – PROTEÇÃO DE DADOS

27.1 As partes se comprometem a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, nos termos da Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD (Lei n. 13.709, de 14 de agosto de 2018).

27.2 O tratamento de dados pessoais dar-se-á de acordo com as bases legais previstas nas hipóteses dos artigos 7º, 11 e/ou 14 da Lei 13.709/2018 às quais se submeterão os serviços, e para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular.

27.3 A **CONTRATADA** obriga-se ao dever de proteção, confidencialidade, sigilo de toda informação, dados pessoais e base de dados a que tiver acesso, nos termos da LGPD, suas alterações e regulamentações posteriores, durante o cumprimento do objeto descrito no instrumento contratual.

27.4 A **CONTRATADA** não poderá se utilizar de informação, dados pessoais ou base de dados a que tenham acesso, para fins distintos da execução dos serviços especificados no instrumento contratual.

27.5 Em caso de necessidade de coleta de dados pessoais dos titulares mediante consentimento, indispensáveis à própria prestação do serviço, esta será realizada após prévia aprovação da CBTU, responsabilizando-se a **CONTRATADA** pela obtenção e gestão.

27.6 A **CONTRATADA** obriga-se a implementar medidas técnicas e administrativas aptas a promover a segurança, a proteção, a confidencialidade e o sigilo de toda informação, dados pessoais e/ou base de dados que tenha acesso, a fim de evitar acessos não autorizados, acidentes, vazamentos acidentais ou ilícitos que causem destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer outra forma de tratamento inadequado ou ilícito; tudo isso de forma a reduzir o risco ao qual o objeto do contrato ou a **CBTU** está exposto.

27.7 A **CONTRATADA** ficará obrigada a assumir total responsabilidade pelos danos patrimoniais, morais, individuais ou coletivos que venham a ser causados em razão do descumprimento de suas obrigações legais no processo de tratamento dos dados compartilhados pela **CBTU** e será aplicado as sanções administrativas disposto na Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD (Lei n. 13.709, de 14 de agosto de 2018).

28. CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA – PUBLICAÇÃO



CBTU

Companhia Brasileira de Trens Urbanos

Administração Central

28.1. Incumbirá à **CBTU** providenciar a publicação do extrato deste Contrato no Diário Oficial da União, até o último dia útil do mês subsequente ao de sua celebração.

28.1.1. No mesmo prazo estipulado no item será disponibilizada a integralidade deste contrato no sítio eletrônico da **CBTU** na *internet*.

29. CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA – DISPOSIÇÕES GERAIS

29.1 Fica desde já convencionado que terão pleno vigor e produzirão seus devidos e legais direitos, todos os documentos e correspondências trocadas entre as partes, na vigência do presente Contrato, desde que devidamente assinados e rubricados pelos representantes legais das empresas, munidos legalmente de poderes para a representação, ressalvando que tais documentos não implicarão necessariamente a modificação do presente Instrumento, a qual só se efetivará mediante celebração de aditivo, rratificação ou anexos.

29.2. Este contrato obriga as partes e seus sucessores a qualquer título, constituindo-se em título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 784, inciso III do Código do Processo Civil.

29.3. Todas as comunicações e notificações relativas ao contrato serão efetuadas por escrito e consideradas entregues desde que comprovadamente recebidas pelo destinatário ou seu representante legal, não importando o meio utilizado, ou ainda, aquelas efetivamente entregues aquelas enviadas aos endereços constantes do preâmbulo deste contrato.

29.4. Na execução do presente Contrato é vedado à **CONTRATANTE** e à **CONTRATADA** e/ou a empregado seu, e/ou a preposto seu, e/ou a gestor seu:

- a) prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público ou a quem quer que seja, ou a terceira pessoa a ele relacionada;
- b) criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para celebrar o presente Contrato;
- c) obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações do presente Contrato, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais;
- d) manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro do presente Contrato;
- e) de qualquer maneira fraudar o presente Contrato; assim como realizar quaisquer ações ou omissões que constituam prática ilegal ou de corrupção, nos termos da Lei nº 12.846/2013 (conforme alterada), do Decreto nº 8.420/2015 (conforme alterado), do *U.S. Foreign Corrupt Practices Act* de 1977 (conforme alterado) ou de quaisquer outras leis ou regulamentos aplicáveis (“Leis Anticorrupção”),

CBTU

Companhia Brasileira de Trens Urbanos

Administração Central

ainda que não relacionadas com o presente Contrato.

30. CLÁUSULA TRIGÉSIMA - FORO

30.1. As partes contratantes elegem o foro da Seção Judiciária de Brasília– Justiça Federal, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir qualquer questão oriunda deste Contrato.

30.2 As Partes declaram ciência e expressam concordância que o presente instrumento poderá ser assinado por meio digital, eletrônico ou manuscrito, ou ainda de maneira mista, podendo, neste último caso, ser utilizada duas formas de assinaturas diferentes a critério das Partes, sendo que as declarações constantes deste Contrato, assinado por quaisquer dos meios acima elegidos, inclusive a forma mista, presumir-se-ão verdadeiros em relação às Partes contratantes, nos termos dispostos nos artigos 219 e 225 da Lei nº 10.406/02 (Código Civil Brasileiro), bem como ao exposto na Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, no que for aplicável.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam e rubricam o presente contrato em 2 (duas) vias de igual teor e forma, por si, seus herdeiros e ou sucessores, na presença das testemunhas abaixo.

Brasília, 13 de agosto de 2024.

P/ CONTRATANTE **COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS – CBTU:**

JOSE MARQUES DE
DE
LIMA: [REDACTED]

Assinado digitalmente por JOSE MARQUES DE LIMA
DN: CN=, OU=CPM-Brasil, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, OU=RFB-e-CPF A3, OU=(EM BRANCO), OU=16894782000190, OU=presencial, CN=JOSE MARQUES DE LIMA
Razão: Eu sou o autor deste documento.
Localização:
Data: 2024.08.13 08:08:21 -03:00
Post PDF Reader Versão: 2024.7.0

gov.br Documento assinado digitalmente
ADRIANA FONSECA LINS
Data: 12/08/2024 17:04:11-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

José Marque de Lima
Diretor-Presidente

Adriana Fonseca Lins
Diretora de Administração e Finanças

P/ CONTRATADA CARREIRA E SARTORELLO ADVOGADOS ASSOCIADOS:

DIRETOR CARREIRA JUNIOR: [REDACTED]

Dirceu Carreira Junior
Representante legal da Contratada

Testemunhas:

**LUCILA
CARREIRA**

Assistente de formação técnica LUCILA
CARREIRA
DN: cn=LU, o=CDLiber, ou=CDLiber,
ou=0155-GM000175, ou=Cet-Educat
Digital, ou=Assistente Digital,
ou=CDLiber@CDLiber, ou=LUCILA
CARREIRA
Data: 2021.08.09 11:19:16.0100

1 -

CPF:

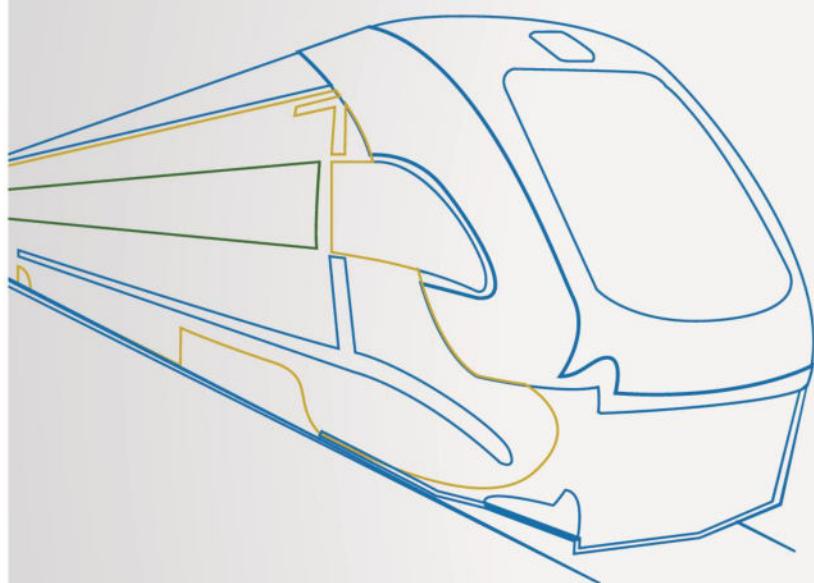
2 - _____

CPF: _____

gov.br

Documento assinado digitalmente
ROSELI GAMBARINE LOPES
Data: 13/08/2024 09:11:16-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

TERMO DE REFERÊNCIA



CBTU - COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA
SERVIÇOS JURÍDICOS – CONTENCIOSO DE MASSA
GERÊNCIA GERAL - JURÍDICO

OUTUBRO

PRESIDÊNCIA





TERMO DE REFERÊNCIA

OBJETO: Contratação de sociedade de advogados, regularmente constituída, para o patrocínio e o gerenciamento de ações, processos e procedimentos judiciais e administrativos relacionados ao contencioso de massa ou massificado, de interesse da Companhia Brasileira de Trens Urbanos – CBTU, na Administração Central e nas suas Superintendências Regionais.



TERMO DE REFERÊNCIA

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

- 1.1. **Contratação de sociedade de advogados, regularmente constituída, para o patrocínio e o gerenciamento de ações, processos e procedimentos judiciais e administrativos relacionados ao contencioso de massa ou massificado, de interesse da Companhia Brasileira de Trens Urbanos – CBTU, na Administração Central e nas suas Superintendências Regionais.**
- 1.2. Para efeito da definição e delimitação do escopo do objeto, considera-se:
 - 1.2.1. **Contencioso de massa ou massificado:** elevado passivo judicial decorrente de ações comuns, especialmente ações ordinárias trabalhistas e cíveis/indenizatórias, pulverizadas pelo território nacional, principalmente nas regiões em que a CBTU opera ou operou o sistema de transporte urbano e suburbano de passageiros sobre trilhos;
 - 1.2.2. **Ações de interesse da CBTU:** toda e qualquer demanda, judicial e/ou administrativa, na qual a Companhia figure ou possa vir a figurar na qualidade de parte, partícipe, autor, réu, assistente, terceiro interessado; ou, ainda, que possa, de qualquer forma repercutir no âmbito de atuação da Cia.
- 1.3. As ações de interesse da CBTU não se limitam ao escopo deste Termo, sobretudo em função da existência de ações estratégicas, a ensejar a atuação de profissional técnico especializado, conforme definido no Estudo Técnico Preliminar – ETP nº 001-2023/GAJUR/P, que subsidiou a elaboração deste documento; razão pela qual esta contratação não garante exclusividade na prestação de serviços jurídicos.
- 1.4. Conforme o ETP supracitado:
 - 1.4.1. o critério para a definição do Contencioso de Massa é **residual, por exclusão**, ou seja, todas aquelas ações judiciais que não se enquadrem no conceito de Serviço Jurídico Estratégico serão distribuídas para o escritório jurídico contratado para o gerenciamento do contencioso massificado da CBTU;
 - 1.4.2. o enquadramento da demanda como Serviço Jurídico Estratégico ou Contencioso de Massa caberá aos empregados advogados dos quadros da CBTU lotados nas áreas jurídicas da Administração Central e das Superintendências Regionais.
- 1.5. Considerando que o serviço pretendido possui características e padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos no instrumento convocatório, por meio de especificações reconhecidas e usuais do mercado, ele pode ser caracterizado como **SERVIÇO COMUM**, nos termos do inciso IV, do art. 32, da Lei nº 13.303/2016, c/c o art. 113, do RILC-CBTU.



CBTU

Companhia Brasileira de Trens Urbanos

Administração Central

- 1.6. O escritório contratado deverá firmar compromisso de constituição, em até 60 (sessenta) dias, contados da celebração do contrato, de filial ou escritório, próprio ou mediante associação ou parceira, em todos os locais em que a CBTU opera ou operou e, ainda, na sede da Administração Central da Companhia; o que compreende as seguintes localidades:
 - 1.6.1. Brasília/DF;
 - 1.6.2. Recife/PE;
 - 1.6.3. Natal/RN;
 - 1.6.4. Maceió/AL;
 - 1.6.5. João Pessoa/PB;
 - 1.6.6. Fortaleza/CE;
 - 1.6.7. Salvador/BA;
 - 1.6.8. Belo Horizonte/MG;
 - 1.6.9. Rio de Janeiro/RJ; e
 - 1.6.10. São Paulo/SP.
- 1.7. Para efeito do item anterior, deverá ser comprovada a constituição em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das localidades nos primeiros 30 (trinta) dias após a celebração do contrato; com o restante devendo ser comprovado nos 30 (trinta) dias subsequentes.

2. IDENTIFICAÇÃO DA NECESSIDADE

- 2.1. A Companhia Brasileira de Trens Urbanos – CBTU, oriunda da Rede Ferroviária Federal S.A. – RFFSA, constitui-se, desde 21 de junho de 2018, em uma empresa pública federal, atualmente vinculada ao Ministério das Cidades, tendo como objetivo executar, planejar, implantar, operar e explorar sistemas de transporte de passageiros sobre trilhos no país.
- 2.2. Desde a sua criação, em 22 de fevereiro de 1984, os sistemas ferroviários operados pela RFFSA em São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Salvador, Maceió, Recife, João Pessoa, Natal e Fortaleza, foram incorporados à CBTU; sendo certo que a partir de 1994, as unidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador, Fortaleza e, mais recentemente, Belo Horizonte foram paulatinamente cindidos da Companhia e transferidos para outras entidades.
- 2.3. Atualmente, a CBTU possui sua Administração Central na cidade de Brasília/DF, mantendo operação de transporte de passageiros sobre trilhos das regiões metropolitanas de Recife/PE (STU-REC), Natal/RN (STU-NAT), Maceió/AL (STU-MAC) e João Pessoa/PB (STU-JOP).
 - 2.3.1. Além das Unidades Administrativas acima referidas, o Estatuto Social da CBTU estabelece (art. 2º) a possibilidade da Companhia criar filias, agências, escritórios, representações ou quaisquer outros estabelecimentos no País.
- 2.4. Desta forma, tendo em vista a natureza jurídica, o objeto social e a área de atuação da Companhia, bem como os processos de transferência de alguns de seus sistemas, a CBTU encontra-se, no dia a dia, envolvida em diversos procedimentos judiciais e administrativos, em decorrência das relações travadas com os usuários dos sistemas de trens urbanos; com



seus empregados e colaboradores; com órgãos e entidades governamentais, especialmente órgãos de controle; além do fato de ter sucedido a RFFSA em suas obrigações.

- 2.5. Nessa toada, merece destaque o elevado volume de passivo judicial, sobretudo nas searas trabalhista – sucessão da REFER, estadualização/privatização de sistemas, pulverização de processos e decisões contraditórias em diferentes juízos e tribunais gerando paradigmas – e cível/indenizatória – acidentes ferroviários, responsabilidade civil objetiva; ocasionando o fenômeno denominado “Contencioso de Massa ou Massificado”.
- 2.6. Portanto, diante do acima exposto, bem como considerando o quantitativo elevado e as repercussões decorrente de ações, processos e procedimentos judiciais e administrativos, torna-se indispensável o acompanhamento, o monitoramento e o patrocínio especializado por parte de profissionais de advocacia, devidamente capacitados, com vistas a evitar/mitigar condenações e penalidades, resguardando os interesses da CBTU.

3. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

- 3.1. Identificada a necessidade de acompanhamento, monitoramento e patrocínio especializado das ações de interesse da Companhia por profissionais de advocacia devidamente capacitados, esta Gerência Geral Jurídica – GAJUR, passou a avaliar as alternativas para o atendimento eficaz da demanda, conforme previsto no art. 52, do RILC-CBTU.
- 3.2. Assim, inicialmente, duas soluções foram objeto de análise: a execução direta, por meio de quadro próprio de advogados e equipe de apoio empregados da CBTU, ou a execução indireta, por meio da contratação de sociedade de advogados.
- 3.3. Cumpre observar, por oportuno, que referida análise levou em conta as características do objeto pretendido – contencioso de massa ou massificado – sobretudo o volume e a pulverização das ações, atraindo a necessidade de uma gestão especializada, com foco na organização, controle e monitoramento constante dos processos, o que demanda uma estrutura logística e de pessoal focada para acompanhar e diligenciar tempestivamente em processos distribuídos por diversos estados do país.
- 3.4. Acrescenta-se, ainda, o reduzido número de advogados nos quadros da CBTU, aliado ao fato de que a terceirização do serviço jurídico massificado se mostra economicamente mais viável do que a contratação de novos advogados, chegou-se à conclusão de que a execução indireta de tal serviço seria a solução que melhor atenderia as necessidades da Companhia; conforme passa-se a detalhar.
- 3.5. Ainda que a CBTU conte com quadro próprio de advogados, faz-se necessária a contratação para execução indireta dos serviços jurídicos para o patrocínio das ações judiciais e administrativas envolvendo a empresa, tendo em vista razões ligadas à eficiência, economia e razoabilidade, decorrentes, sobretudo da relação entre, de um lado o quantitativo de processos em curso, a variação entre ingressos e baixas de ações no último ano e a perspectiva de aumento no ingresso de ações nos próximos anos decorrente da cisão do Sistema de Belo Horizonte; e, do outro o número de empregados advogados existentes na CBTU.



- 3.6. Nesse sentido, a CBTU conta atualmente com 26 (vinte e seis) advogados em seus quadros e figura como parte em, aproximadamente, 5.470 (cinco mil, quatrocentos e setenta) ações judiciais (doc. em anexo).
- 3.7. Ademais, tendo em vista a média de novas ações nos últimos anos – 1.016 (mil e dezesseis) – bem como a variação percentual do quantitativo de ações no mesmo período – -14,27% (catorze inteiros e vinte e sete décimos por cento negativos); identificamos um cenário de aumento, ao longo de 5 (cinco) anos, na casa dos 6% (seis por cento), o que significa uma tendência de estabilidade.
- 3.8. Assim, considerando que cada advogado possui condições de acompanhar de maneira diligente e tempestiva, o quantitativo médio de 120 (cento e vinte) ações judiciais, chega-se à conclusão de que para a CBTU prestar o serviço técnico profissional diretamente, por intermédio de seus empregados, considerando tão somente o quantitativo atual de ações judiciais, seria necessária a contratação de mais 20 (vinte) advogados, além dos que já fazem parte do quadro atual da Companhia.
- 3.9. Não obstante, a contratação de 20 (vinte) advogados geraria uma despesa anual de aproximadamente R\$ 1.531.706,80, (um milhão, quinhentos e trinta e um mil, setecentos e seis reais e oitenta centavos) considerando-se o valor inicial de R\$ 5.891,18 (cinco mil, oitocentos e noventa e um reais e dezoito centavos) – Nível 302, para a classe Analista de Gestão - Advogado.
- 3.10. Além disso, não se pode deixar de considerar a necessidade de contratação de outros profissionais para apoio e suporte aos trabalhos jurídicos, como, por exemplo: contadores, auxiliares administrativos e estagiários.
- 3.11. Tomando por base o número de ações judiciais mencionado acima, o quantitativo e o custo desses profissionais de apoio e suporte seriam, aproximadamente:

Profissional	Quant.	Custo (sem encargos)	Custo (com encargos) ³
Contadores	10	R\$ 765.853,40 ¹	R\$ 1.164.097,17
Técnicos Administrativos	10	R\$ 337.412,40 ²	R\$ 512.866,85
Estagiários	14	R\$ 236.208,00 ⁴	

¹. Remuneração inicial de R\$ 5.891,18, para o cargo de Analista de Gestão – Contador (nível 302).

². Remuneração inicial de R\$ 2.595,48, para o cargo de Técnico de Gestão – Administrativo (nível 201).

³. Média referente aos encargos de 52% (cinquenta e dois por cento) sobre a remuneração.

⁴. Valor por estagiário de R\$ 1.406,00, incluídos a Bolsa Auxílio, o Vale Lanche e o Vale Transporte.

- 3.12. Desta forma, considerando os valores acima, o custo anual para a CBTU prestar diretamente os serviços advocatícios de forma diligente e tempestiva, resguardando os interesses da Companhia e da coletividade como um todo seria, aproximadamente, de R\$ 4.241.366,36 (quatro milhões, duzentos e quarenta e um mil, trezentos e sessenta e seis reais e trinta e seis centavos) ao ano.
- 3.13. De outro giro, mesmo que a solução pela execução direta fosse a melhor opção em termos econômicos, ela encontraria óbices decorrentes do fato de a CBTU ter sido qualificada no



âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República – PPI e incluída no Programa Nacional de Desestatização – PND (Decreto nº 9.999/2019).

- 3.14. Diante dessa situação, caso a CBTU recebesse, na data de hoje, autorização para realização de concurso público, considerando todos os trâmites necessários para o planejamento, execução e homologação do concurso, seguido da efetivação da contratação e entrada em exercício dos novos empregados; o tempo e recursos gastos no processo se revelariam desproporcionais e irrazoáveis, sobretudo em razão do cenário de incerteza que desaconselha a recomposição/incremento da mão de obra própria da Cia.
- 3.15. Outrossim, importante frisar que, diferentemente do escritório terceirizado - que presta atividade de maneira contínua e recebe seu pagamento pelos serviços prestados - os gastos decorrentes da contratação de profissionais concursados são suportados pela Companhia durante toda a vigência do seu contrato laboral inclusive enquanto o profissional não realiza os serviços prestados, ou seja, durante os repousos semanais remunerados, férias, licenças em geral, dentre outros.
- 3.16. Nesse sentido, deve-se atentar para o fato de que o contrato atual prevê como forma de remuneração da sociedade de advogados, um valor mensal fixo por ação, hoje no valor de R\$ 27,29 (vinte e sete reais e vinte e nove centavos).
- 3.17. O gasto anual da Companhia com a contratação de escritório especializado, nos moldes em que a CBTU vem procedendo desde que assumiu os Sistemas de Trens Urbanos antes operados pela Rede Ferroviária Federal S. A. - RFFSA, é determinado pelo produto entre o número de ações judiciais em trâmite – 5.470 (cinco mil, quatrocentos e setenta e seis) e o valor cobrado por ação – R\$ 27,29 (vinte e sete reais e vinte e nove centavos), multiplicado por 12 (doze) meses, conforme abaixo:

Nº de ações	Valor por ação	Meses do ano	Total anual
5.470	R\$ 27,29	12	R\$ 1.791.315,60

- 3.18. Portanto, constata-se que o custo da contratação de pessoal (advogados, contadores, pessoal administrativo e estagiários) é muito superior ao custo da contratação de escritório especializado, devendo ser levado em conta, ainda, que a contratação do escritório pode ser supervisionada por um gestor em toda a CBTU, auxiliado por um fiscal em cada unidade, ao passo que a contratação de empregados envolve um número bem maior de outros empregados da Companhia, para administrar tal contratação.
- 3.19. Cumpre observar, por oportuno, que as justificativas acima apontadas para a execução dos serviços jurídicos de modo indireto encontram respaldo na jurisprudência do Tribunal de Contas da União, no sentido da modernização da estrutura estatal; conforme se observa de trecho do Acórdão nº 256/2005 TCU-Plenário, adiante transcrito:

o processo de terceirização, devidamente manejado, pode ser **eficiente meio de modernização da estrutura estatal**, como a privatização, a parceria público-privada, a flexibilização, a desregulamentação, a permissão e a concessão. Todas as medidas que visam um **modelo de Estado menos executor e mais fiscalizador**. Assim, cada caso deve ser examinado particularmente, evitando-se a presunção equivocada de que qualquer



atividade que destoe daquelas consagradamente aceitas como passíveis de terceirização (segurança, limpeza, copeiragem, etc.) esteja impossibilitada de ser executada de forma indireta.

Grifou-se.

- 3.20. Releva ressaltar que apesar dos serviços pretendidos demandarem a utilização de profissionais com atribuições inerentes às dos cargos integrantes do Plano de Empregos e Salários da CBTU – PES (ANG – Advogado); a opção acima delineada encontra respaldo na legislação federal, sobretudo nos decretos nos 200, de 25 de fevereiro de 1967 (art. 10, § 7º) e 9.507, de 21 de setembro de 2018 (art. 4º, caput), adiante transcritos:

Decreto nº 200/1967:

Art. 10. A execução das atividades da Administração Federal deverá ser **amplamente descentralizada.**

[...]

§ 7º Para melhor desincumbir-se das tarefas de planejamento, coordenação, supervisão e controle e com o **objetivo de impedir o crescimento desmesurado da máquina administrativa,** a Administração procurará **desobrigar-se da realização material de tarefas executivas,** recorrendo, sempre que possível, à **execução indireta,** mediante contrato, desde que exista, na área, iniciativa privada suficientemente desenvolvida e capacitada a desempenhar os encargos de execução.

Decreto nº 9.507/2018:

Art. 4º Nas **empresas públicas** e nas sociedades de economia mista controladas pela União, **não serão objeto de execução indireta os serviços que demandem a utilização, pela contratada, de profissionais com atribuições inerentes às dos cargos integrantes de seus Planos de Cargos e Salários,** exceto se contrariar os princípios administrativos da eficiência, da economicidade e da razoabilidade, tais como na ocorrência de, ao menos, uma das seguintes hipóteses:

Grifou-se.

- 3.21. Nessa toada, registramos que a CBTU vem, historicamente, realizando processos licitatórios para a contratação de serviços jurídicos, sendo certo que a última contratação passou pelo crivo do Tribunal de Contas da União que em momento algum questionou a validade da execução indireta do serviço; mas, tão somente, ofereceu recomendações visando o aprimoramento do processo licitatório.

- 3.22. Por elucidativo, seguem trechos do voto do relator Min. Marcos Bemquerer Costa e do Acórdão nº 1.239/2019-TCU-Penário:

24. Desse modo, embora **as ações objeto de contratação sejam em grande parte comuns, ações ordinárias trabalhistas,** a dispersão da atividade no território nacional, o grande número de ações simultâneas e a importância de algumas delas justificam a adoção de critérios mais rigorosos na escolha da contratada, desde que não haja restrição indevida à competitividade do certame.

25. Ainda no que diz respeito à **complexidade das ações,** entendo pertinente a proposta da Selog de recomendar à CBTU que avalie a conveniência e oportunidade de revisar seu modelo de contratação de serviços advocatícios, adotando, ao mínimo, critérios de pagamento diferentes para causas comuns ou complexas, quando da realização de um próximo certame.

[...]



CBTU

Companhia Brasileira de Trens Urbanos

Administração Central

30. Dessa forma, posiciono-me por não conceder a medida cautelar pretendida e, além da mencionada determinação, **recomendar que a empresa avalie a conveniência e oportunidade de revisar seu modelo de contratação de serviços advocatícios**, adotando critérios de pagamento diferentes para causas comuns ou complexas, quando da realização de um próximo certame.

[...]

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

[...]

recomendar à Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU), com fundamento no art. 250, inciso III, do Regimento Interno do TCU, que avalie a conveniência e oportunidade de revisar seu modelo de contratação de serviços advocatícios, adotando critérios de pagamento diferentes para causas comuns ou complexas, quando da realização de um próximo certame;

Grifou-se.

3.23. Assim, diante de todo o exposto, conclui-se que a execução indireta dos serviços jurídicos, por meio da contratação de sociedade de advogados se mostra mais adequada e vantajosa para a CBTU do ponto de vista da eficiência, da economicidade e da razoabilidade, princípios que devem nortear toda a atividade administrativa, resguardando os interesses da Companhia e em último caso, de toda a coletividade.

4. ESTIMATIVA DA QUANTIDADE DE AÇÕES

- 4.1. O quantitativo médio de demandas de interesse da CBTU dos último 12 (doze) meses é de **5.820** (cinco mil, oitocentos e vinte) ações judiciais, conforme relatório em anexo.
- 4.2. Destas, conforme o Relatório de Administração de 2022, 76,32% (setenta e seis inteiros e trinta e dois décimos por cento) são de ações trabalhistas e 18,86% (dezoito inteiros e oitenta e seis décimos por cento) são de ações cíveis.
- 4.3. Considerando os ingressos e baixas de ações dos últimos anos, verifica-se um cenário de estabilidade, com variação inferior a 10% (dez por cento); razão pela qual acredita-se na confiabilidade em sua utilização como referência para a contratação do contencioso de massa.
- 4.4. Portanto, e para efeito de precificação, deverá ser considerando como quantitativo de ações a serem geridas pela sociedade de advogados contratado **5.820** (cinco mil, oitocentos e vinte) ações judiciais.
- 4.5. Releva ressaltar, por oportuno, que para efeito de pagamento serão consideradas as ações que estejam efetivamente sob o gerenciamento do escritório no mês de referência, devendo referido quantitativo ser atestado expressamente pela equipe responsável pela gestão e fiscalização do contrato.
- 4.6. Finalmente, considerando o quantitativo médio de ações estimado, bem como a informação constante do item 3.8 deste Termo, para a perfeita execução dos serviços, a sociedade de advogados contratada deverá comprovar, em até 30 (trinta) dias contados da data da assinatura do contrato, que possui o quantitativo mínimo de 50 (cinquenta) advogados,



regularmente inscritos na Ordem dos Advogados do Brasil, aptos a atuar efetivamente em seu nome, devendo tal comprovação se dar pela apresentação de relação nominal dos profissionais, acompanhada do contrato de trabalho e da anotação na CTPS ou do instrumento de associação participativa devidamente registrado na OAB.

5. ESPECIFICAÇÃO E CARACTERÍSTICAS DOS SERVIÇOS

- 5.1. Inicialmente, reforça-se o entendimento previsto no item 1.5 deste Termo e no voto do Min. Rel. Marcos Bemquerer no Acórdão nº 1239/2019-TCU-Plenário, já transcrito neste documento, no sentido de que o objeto pretendido possui característica de Serviço Comum.
- 5.2. Ademais, pertinente destacar que os serviços almejados possuem, no âmbito da CBTU, caráter contínuo, uma vez que apresentam as características da essencialidade – sua interrupção pode comprometer a continuidade das atividades da Companhia – e da habitualidade – sua necessidade se estende por mais de um exercício financeiro; conforme definição insculpida no inciso LXXIII do art. 4º do RILC-CBTU - glossário de expressões técnicas, elaborado em atendimento ao inciso I do art. 40 da Lei nº 13.303/2016, *in verbis*:

Art. 4º Para os fins dispostos neste RILC/CBTU considera-se:

[...]

LXXIII. serviços e fornecimentos **contínuos**: serviços e fornecimentos cuja **interrupção pode comprometer a continuidade das atividades da CBTU** e cuja **necessidade de contratação se estende por mais de um exercício financeiro**;

Grifou-se.

- 5.3. Antes de adentrarmos nas especificações e características do serviço pretendido, relevante apresentar, resumidamente, as premissas definidoras de tais aspectos, estabelecidas no Estudo Técnico Preliminar nº 001-2023/GAJUR/P, que subsidiou este documento; conforme quadro a seguir:

SERV. JURÍDICO: CONTENCIOSO DE MASSA				
Ações	Características	Necessidade	Tipo Serviço	Perfil Banca
Ordinárias	Grande volume ações; Pulverização de processos; Ações comuns; Baixa complexidade; Concentrada: poucos ramos Trabalhista (76,32%) Cível (18,86%) Quantidade > Complexidade	Escritório Experiente; Escritório Grande Escritório Ramificado; Organização; Controle; Monitoramento; Logística; Padronização; Unidade de defesa; Gestão especializada Quantidade Equipe	Comum Padronizado Recorrente	Full Service Abrangente

- 5.4. Os serviços jurídicos pretendidos, referentes ao gerenciamento e patrocínio de ações, processos e procedimentos judiciais relativos ao contencioso massificado da CBTU englobam as seguintes **especificações**:



CBTU

Companhia Brasileira de Trens Urbanos

Administração Central

- 5.4.1. Defesa dos direitos e interesses da CBTU e patrocínio das demandas em que ela integrar o polo ativo ou passivo, ou ainda como assistente ou interessada, nos processos judiciais principais, acessórios, preventivos e incidentais, de natureza trabalhista, cível, fiscal, previdenciária, trabalhista e criminal, esta última quando envolver empregado da CBTU no desempenho de suas atividades funcionais ou naquelas em que a CBTU for parte, em todas as fases e instâncias, inclusive nos Tribunais Superiores, incluindo sustentação oral, até o final da tramitação;
- 5.4.2. Patrocínio dos interesses da CBTU na formulação de acordos judiciais e extrajudiciais, em conformidade com as orientações dos gestores da Companhia e das normas internas específicas porventura existentes;
- 5.4.3. Patrocínio dos interesses da CBTU nos processos administrativos que tramitam perante órgãos ou entidades governamentais, especialmente àqueles que exercem o controle da Administração Pública Federal (CGU, TCU, AGU, PGR);
- 5.4.4. Defesa dos interesses e direitos de dirigentes, conselheiros e empregados, presentes e passados, em processos judiciais e administrativos contra eles instaurados pela prática de atos no exercício de cargo ou função; e
- 5.4.5. Realização de consultoria jurídica relativamente aos processos sob seu patrocínio, mediante a elaboração de relatórios, pareceres e manifestações para fins de subsidiar deliberações e decisões dos órgãos de administração da CBTU.
- 5.5. Os representantes da sociedade de advogados contratado poderão, a qualquer momento, ser convocados para participar de reuniões junto aos órgãos colegiados e/ou com os gestores da CBTU, visando prestar esclarecimentos acerca de processos administrativos ou judiciais por ele patrocinados.
- 5.6. A contratação objeto deste Termo possui as seguintes características:
 - 5.6.1. Serviço comum;
 - 5.6.2. Serviço continuado de caráter essencial e habitual, não podendo ser paralisado ou sofrer solução de continuidade;
 - 5.6.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a CBTU, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta, nos termos do § 1º do art. 25 do RILC-CBTU;
 - 5.6.4. É vedado à CBTU ou aos seus empregados praticar atos de ingerência na **administração** da Contratada, dentre os quais, exercer o poder de mando sobre os empregados por ela alocados, direcionar a contratação de pessoas, promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação, conforme orienta o art. 28 do RILC-CBTU;
 - 5.6.5. É vedada a contratação, pela CBTU, de pessoa jurídica que incorra em qualquer das vedações previstas no art. 17 do RILC-CBTU;
 - 5.6.6. Não será admitida a contratação de sociedades cooperativas, uma vez que as características e especificações dos serviços pretendidos demandam relação de



- subordinação entre a pessoa jurídica a ser contratada e os profissionais alocados para a prestação dos serviços;
- 5.6.7. Somente será admitida a subcontratação das seguintes atividades, observado o limite percentual de 25% (vinte e cinco por cento) do valor do contrato:
- 5.6.7.1. Atividades de suporte administrativo que não configurem exercício privativo da profissão de advogado, como por exemplo, a contratação de profissionais da área contábil; e
 - 5.6.7.2. Atividades jurídicas meramente operacionais, tais como a realização de audiências, de diligências, acompanhamento de prazos, juntada de documentos, dentre outras; exercidas, exclusivamente, nos Estados onde não sejam exigidas a constituição de sede, filial ou escritório, nos termos deste Termo de Referência.
- 5.6.8. Será admitida a formação de consórcio, parceria ou associação, observadas as seguintes exigências:
- 5.6.8.1. comprovação do compromisso público ou particular de constituição de consórcio, parceria ou associação subscrito pelos consorciados;
 - 5.6.8.2. comprovação da parceria ou associação, caso já existente, inclusive com seu registro junto à Ordem dos Advogados do Brasil;
 - 5.6.8.3. indicação do escritório líder, que deverá ser o responsável pela formulação das teses e argumentações jurídicas apresentadas e defendidas nas ações, processos e procedimentos judiciais ou administrativos de interesse da CBTU;
 - 5.6.8.4. os documentos exigidos no edital de licitação deverão ser apresentados por cada consorciado;
 - 5.6.8.5. no caso de parceria ou associação, os documentos deverão ser apresentados de maneira proporcional aos limites da avença;
 - 5.6.8.6. será admitido o somatório dos quantitativos de cada consorciado, parceiros ou associado para fins de qualificação técnica;
 - 5.6.8.7. é vedada a participação no certame da mesma sociedade de advocacia em mais de um consórcio, parceria ou associação;
 - 5.6.8.8. No caso de vitória no certame, deverá ser efetivamente constituído o consórcio, a parceria ou a associação, com seu registro na Ordem dos Advogados do Brasil.
- 5.7. A sociedade de advogados contratado deverá possuir filial ou escritório em todos os locais em que a CBTU opera ou operou e, ainda, na sede da Administração Central da Companhia.
- 5.7.1. Caso o escritório não atenda este requisito no momento da licitação, deverá firmar compromisso, mediante declaração, de que irá constituir filial ou escritório, próprio ou mediante associação ou parceria, em todas as localidades discriminadas no item 1.6 deste Termo de Referência, no prazo de até 60 (sessenta) dias contados da data da assinatura do contrato.



- 5.8. O escritório deverá firmar termo de confidencialidade em relação às informações que venha a ter conhecimento em decorrência da execução do objeto deste Termo, conforme modelo a ser disponibilizado pela CBTU.

6. METODOLOGIA DE EXECUÇÃO

- 6.1. Após a assinatura do contrato, caberá ao gestor do contrato a convocação da reunião inicial entre as partes para fins de apresentação das informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do método de aferição dos resultados, dentre outros assuntos.
- 6.2. Além desta reunião inicial, deverão ser estabelecidas as rotinas de reuniões periódicas, presencial ou remota, para fins de alinhamento, atualização e aprimoramento da execução do objeto.
- 6.3. Sem prejuízo do disposto nos itens anteriores, os representantes da sociedade de advogados contratado poderão, a qualquer momento, ser convocados para participar de reuniões junto aos órgãos colegiados e/ou com os gestores da CBTU, visando prestar esclarecimentos acerca de processos administrativos ou judiciais por ele patrocinados.
- 6.4. Caberá à gestão e fiscalização do contrato, em conjunto com representantes do escritório contratado, estabelecer:
- 6.4.1. Critérios para definição da estratégia jurídica a ser adotada;
 - 6.4.2. Critérios para aprovação das peças processuais elaboradas; e
 - 6.4.3. Definição de formas de comunicação céleres e eficazes, a fim de evitar a perda de prazos.
- 6.5. Considerando a natureza intelectual do objeto deste Termo, a equipe responsável pela gestão e fiscalização do contrato deverá estabelecer critérios de avaliação qualitativa e quantitativa dos serviços, que deverão ser analisados para fins de prorrogação contratual.
- 6.6. Para fins de pagamento, deverá ser considerado o quantitativo efetivo de ações sob o gerenciamento do escritório no mês de referência, mediante atesto do fiscal e aprovação do gestor, observados os seguintes requisitos:
- 6.6.1. Até o 5º (quinto) dia útil do mês o escritório contratado deverá apresentar relatório contendo o número de ações, processos e procedimentos sob seu gerenciamento no mês anterior, discriminados por número, unidade da federal e objeto;
 - 6.6.2. Referido relatório deverá conter o número de ingressos e baixas de ações, processos e procedimentos;
 - 6.6.3. Deverão ser anexados ao relatório toda a documentação apta a comprovar as informações nele previstas;
 - 6.6.4. Os fiscais terão o prazo de 5 (cinco) dias úteis para analisar o relatório e, no caso de dúvidas ou inconsistências, deverão devolver para ajustes e esclarecimentos pelo escritório contratado, que deverá fazê-lo no prazo de 5 (cinco) dias úteis;



- 6.6.5. Os fiscais deverão elaborar relatório complementar, fundamentando eventual exclusão de ações, processos e procedimentos, sem prejuízo de eventuais apurações mais detalhadas através de processo administrativo;
 - 6.6.6. Os relatórios, do escritório e o complementar, serão submetidos ao gestor para aprovação, no prazo de 3 (três) dias úteis;
 - 6.6.7. Ato contínuo, o escritório contratado irá emitir documento de cobrança com base no quantitativo e valores aprovados, encaminhando à gestão e fiscalização para atesto;
 - 6.6.8. Caberá aos fiscais e ao gestor, no prazo sucessivo de 2 (dois) dias úteis realizar o atesto no documento de cobrança e a consequente abertura do processo de pagamento;
 - 6.6.9. Eventuais quantitativos e valores excluídos pela gestão e fiscalização poderão ser objeto de pedido de reconsideração, em processo apartado, sem prejuízo ao regular processo de pagamento daqueles já aprovados (incontroversos).
- 6.7. Para fins de acompanhamento da execução do contrato, caberá à gestão do contrato promover a abertura do processo de gerenciamento de que trata o art. 216, § 1º, do RILC-CBTU; sendo tal providencia também recomendada aos fiscais da avença.

7. CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

- 7.1. Considerando a natureza e as características da contratação, prescindível a elaboração pormenorizada de cronograma, devendo, contudo, ser observados os prazos e as ações previstas neste Termo, em especial no tópico referente à metodologia da execução.

8. OBRIGAÇÕES DA SOCIEDADE DE ADVOGADOS CONTRATADA

- 8.1. A sociedade de advogados deve cumprir todas as obrigações constantes neste Termo de Referência, no instrumento contratual e seus anexos, bem como na sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:
- 8.2. A sociedade de advogados, em até 60 (sessenta) dias contados da data da assinatura do contrato, deverá comprovar ter sede, filial ou escritório, próprio ou mediante associação ou parceira, em todas as localidades discriminadas no item 1.6 deste Termo de Referência.
- 8.2.1. Para efeito do item anterior, deverá ser comprovada a constituição em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das localidades nos primeiros 30 (trinta) dias após a celebração do contrato; com o restante devendo ser comprovado nos 30 (trinta) dias subsequentes.
- 8.3. Salvo nas hipóteses previstas no subitem 5.6.7 deste Termo é vedada a subcontratação de correspondentes para a realização de audiências.
- 8.4. A sociedade de advogados, em até 10 (dez) dias após a assinatura do contrato, deverá prestar garantia de execução equivalente a 5% (cinco por cento) do valor do contrato, podendo



- escolher entre as modalidades de caução em dinheiro, seguro-fiança ou fiança bancária, de acordo com os critérios estabelecidos no instrumento convocatório e na minuta do contrato.
- 8.5. A sociedade de advogados deverá comprovar, em até 30 (trinta) dias contados da data da assinatura do contrato, que possui o quantitativo mínimo de 50 (cinquenta) advogados, regularmente inscritos na Ordem dos Advogados do Brasil, aptos a atuar efetivamente em seu nome, devendo tal comprovação se dar pela apresentação de relação nominal dos profissionais, acompanhada do contrato de trabalho e da anotação na CTPS ou do instrumento de associação participativa devidamente registrado na OAB.
- 8.5.1. O quantitativo previsto neste item deverá ser mantido durante todo o período de execução dos serviços, bem como poderá sofrer atualização, em caso de alteração nas circunstâncias fáticas que motivaram a sua definição, mediante prévia aprovação da CBTU.
- 8.6. A sociedade de advogados deverá ter em seus quadros, advogado com especialização (pós graduação lato sensu ou MBA) ou experiência mínima de 5 (cinco) anos em direito civil, trabalhista, administrativo, tributário e previdenciário, devendo tal comprovação ser efetivada no mesmo prazo previsto no item 8.6 deste Termo.
- 8.7. A sociedade de advogados manterá em seus quadros, para cada unidade da CBTU, pelo menos um advogado responsável pela área cível e outro pela área trabalhista, detentor da especialização ou experiência prevista no parágrafo anterior, tendo em vista o quantitativo, valores e situações processuais, de tal forma que estes profissionais representem o elo de comunicação entre a CBTU e a sociedade de advogados contratada.
- 8.8. A sociedade de advogados deverá comunicar à CBTU, em até 10 (dez) dias, a substituição de seus profissionais que atuem em processos de interesse da Companhia, devendo comprovar a capacidade igual ou superior dos substitutos em relação aos substituídos.
- 8.9. A sociedade de advogados se responsabilizará nos casos de condenação por ausência de defesa, defesa comprovadamente insubsistente, deserção, perda de prazos e litigância de má-fé.
- 8.10. A sociedade de advogados deverá manter atualizadas todas as informações sobre as ações da CBTU sob seu patrocínio e encaminhar, mensalmente ou sempre que solicitado, em meio digital ou físico, relatório pormenorizado.
- 8.11. A sociedade de advogados deverá apresentar relatório nos moldes determinados pelo Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão para aferição dos riscos fiscais.
- 8.12. A sociedade de advogados deverá cadastrar e monitorar periodicamente todo o passivo de ações judiciais conforme os termos do Guia de Esquematização de Processos & Aferição dos Riscos Fiscais - GEPARF.
- 8.13. A CBTU rejeitará o relatório entregue com incorreção, implicando na recontagem do prazo para sua apresentação, da mesma forma que não autorizará a sociedade de advogados a apresentar a fatura enquanto as incorreções não forem devidamente sanadas e o relatório atestado pelo fiscal do contrato.
- 8.14. A sociedade de advogados entregará à CBTU, como condição prévia ao pagamento dos serviços desenvolvidos no último mês do contrato, o Relatório Final contendo todas as



CBTU

Companhia Brasileira de Trens Urbanos

Administração Central

informações relacionadas ao escopo dos serviços realizados bem como da fase em que se encontram todos os processos judiciais e administrativos sob seu patrocínio.

- 8.14.1. A rejeição do Relatório Final entregue com incorreção não implicará dilação do prazo contratual.
- 8.14.2. Deverão ser realizadas reuniões semanais, a partir dos últimos 2 (dois) meses de execução contratual, a fim de estabelecer procedimentos e controles com vistas a promoção da transição contratual entre escritórios.
- 8.15. A sociedade de advogados deverá disponibilizar profissional da área contábil com vistas à realização dos cálculos e perícias contábeis que se fizerem necessários, vinculados aos processos descritos no objeto do contrato.
 - 8.15.1. As despesas com tais profissionais serão consideradas custos inerentes à operação.
 - 8.15.2. Excepcionalmente, quando as circunstâncias do caso concreto justificarem, especialmente para fins de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, desde que autorizado pela CBTU, os custos inerentes aos cálculos poderão ser reembolsados pela Companhia.
- 8.16. A sociedade de advogados deverá disponibilizar, para o devido acompanhamento em audiências, advogados regularmente inscritos nos quadros da Ordem dos Advogados do Brasil, sendo vedada a sua substituição por estagiários em qualquer hipótese.
- 8.17. A sociedade de advogados deverá encaminhar representante sempre que solicitado pela CBTU, para participar de reuniões junto aos órgãos colegiados e/ou com os gestores da CBTU, visando prestar esclarecimentos acerca de processos administrativos ou judiciais por ele patrocinados; bem como para fins de aprimoramento da execução contratual.
 - 8.17.1. A CBTU fará visita ao escritório da CONTRATADA, sempre que necessário, a critério do gestor e/ou fiscal.
- 8.18. A sociedade de advogados deverá operar o sistema de gerenciamento de processos judiciais, denominado PROCESS, atualmente em uso pela CBTU, ou similar que venha a substituí-lo.
 - 8.18.1. Esta operação, por exemplo, sem limitar-se aos adiante citados, consistirá no cadastramento de ações e documentos, na inserção diária e permanente de dados, digitalização de documentos e peças processuais, de modo a permitir que a qualquer tempo, todo processo possa ser acessado *online* e dele extraído o andamento atualizado.
 - 8.18.2. Na solicitação de quaisquer pagamentos a sociedade de advogados fará a solicitação dos valores à CBTU, acompanhada dos cálculos atualizados e de toda a documentação processual pertinente, com antecedência mínima de 8 (oito) dias do encerramento do prazo.
 - 8.18.2.1. Esse prazo também se aplica a qualquer intimação para pagamento.
 - 8.18.3. A sociedade de advogados deverá emitir parecer fundamentado para fins de pagamento judicial, inserindo-o diretamente no sistema PROCESS do Ministério das Cidades, ou outro sistema que venha a substituí-lo, observados os prazos praticados pela CBTU e pelo referido Sistema.



- 8.18.4. Deverão ser observadas as normas e orientações editadas pelo Poder Executivo Federal acerca dos trâmites administrativos necessários para a efetivação dos pagamentos.
- 8.19. A sociedade de advogados interporá recursos em todos os processos, independentemente de solicitação. Em caso de interpretação de não cabimento de recurso, deverá encaminhar previamente expediente à área jurídica da CBTU, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após a publicação ou início da contagem do prazo, expondo os motivos da não interposição, que serão analisados, cabendo à CBTU a decisão de recorrer ou não.
- 8.19.1. A sociedade de advogados deverá encaminhar, independente do subitem anterior, a guia de depósito recursal devidamente preenchida no prazo de 24 (vinte e quatro) horas após a publicação ou início da contagem do prazo.
- 8.20. A sociedade de advogados deverá apresentar à CBTU, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, todas as propostas de acordo ou outras formas de solução consensual do conflito que receber, sob pena de aplicação das sanções cabíveis.
- 8.20.1. Nesse caso, desde que justificado, será possível adotar como base de cálculo da aplicação de penalidade o valor do proveito econômico não obtido pela CBTU em decorrência da omissão ou do envio tardio da proposta de acordo.
- 8.21. A sociedade de advogados fará sustentação oral nas ações sob seu patrocínio independentemente de solicitação.
- 8.22. A sociedade de advogados atenderá as solicitações feitas pelas Unidades da CBTU encaminhadas por meio de cartas ou e-mails, no prazo legal ou estabelecido no documento.
- 8.23. A sociedade de advogados apresentará pauta mensal e semanal das audiências, com identificação do profissional que a acompanhará e solicitará previamente os documentos necessários, como também, em sendo o caso, o rol de testemunhas para instrução processual.
- 8.24. A sociedade de advogados fará sustentações orais junto às instâncias superiores sempre que necessário ou quando solicitadas expressamente pela CBTU.
- 8.25. A sociedade de advogados transferirá todos os documentos e informações, em meio físico e digital, pertinentes às ações que forem objeto do contrato firmado, à CBTU ou a escritório por ela indicado, ao final deste ou tão logo seja resilido ou declarado rescindido, em prazo não superior a 15 (quinze) dias úteis, contados a partir do seu término.
- 8.26. A sociedade de advogados, na hipótese do subitem anterior, deverá protocolar petições de renúncia aos mandatos em todos os juízos e instâncias em que atuou em nome da CBTU.
- 8.27. A sociedade de advogados pagará, sempre que solicitado pela CBTU, todas as custas judiciais, taxas, emolumentos, honorários periciais determinados judicialmente, e será reembolsada pela CBTU, desde que as despesas realizadas tenham sido devidamente atestadas pelo gestor ou fiscal do contrato.
- 8.28. É vedado à sociedade de advogados, bem como aos profissionais desta que tenham atuado em processos judiciais ou administrativos em favor da CBTU, patrocinar causa judicial ou administrativa contra a CBTU durante a vigência do Contrato, e ainda, até 2 (dois) anos após a extinção de todos os mandatos.



CBTU

Companhia Brasileira de Trens Urbanos

Administração Central

- 8.29. Durante toda a execução do contrato a sociedade de advogados se compromete a observar, integralmente, os dispositivos previstos no Código de Ética, no Código de Conduta e Integridade e na Política de Transações com Partes Relacionadas, todos elaborados pela Companhia Brasileira de Trens Urbanos – CBTU.
- 8.30. Para efeito de cumprimento da regra supracitada, os documentos referidos no item anterior se encontram disponíveis nos seguintes endereços eletrônicos, facultando-se à sociedade de advogados, ainda, solicitar formalmente cópia daqueles ao gestor do contrato:
- a) Código de Ética:
<https://www.cbtu.gov.br/images/home/acbtu/codigodeeticacbtu190918.pdf>;
 - b) Código de Conduta e Integridade:
https://www.cbtu.gov.br/images/gagov/codigo_de_conduta_e_integridade.pdf; e
 - c) Política de Transações com Partes Relacionadas:
https://www.cbtu.gov.br/images/gagov/politica_de_transacoes_com_partes_relacionadas.pdf.
- 8.31. Deverão constar na proposta de preços apresentada todas as taxas, impostos e tributos que poderão fazer parte do preço final do objeto deste Termo.

9. OBRIGAÇÕES DA CBTU

- 9.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela sociedade de advogados, de acordo com o previsto neste Termo, nas cláusulas contratuais e na sua proposta.
- 9.2. Pagar à sociedade de advogados as importâncias devidas pelos serviços prestados, observando o disposto nas cláusulas previstas no contrato celebrado.
- 9.3. Não praticar atos de ingerência na administração da sociedade de advogados, conforme item 5.6.4 deste Termo.
- 9.4. Prestar à sociedade de advogados informações necessárias a realização dos serviços contratados, inclusive quanto a relevância e repercussão em casos análogos como precedentes, bem como transferência das ações, quando disponíveis, ou a prestá-las, em prazo razoável, quando a CBTU não dispuser das mesmas.
- 9.5. Designar, por escrito, no prazo de dez dias, a partir da assinatura do contrato, um ou mais profissionais de seus quadros, para atuarem na gestão e fiscalização do contrato, bem como no acompanhamento de todos os assuntos inerentes ao objeto deste Termo.
- 9.6. Encaminhar à sociedade de advogados em prazo hábil as citações, intimações e/ou notificações referentes aos feitos judiciais de que cuida este Termo.
- 9.7. Exercer o acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato e a correta prestação dos serviços pela sociedade de advogados.
- 9.8. Comunicar à sociedade de advogados, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na prestação do objeto, visando seu aprimoramento ou sua correção.
- 9.9. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços visando atestar qualidade e eficiência, conforme metodologia desenvolvida pela equipe responsável pela gestão e fiscalização do contrato.



- 9.10. Efetuar, quando necessário, visita às dependências da sociedade de advogados com a finalidade de verificar a prestação dos serviços e o atendimento das exigências contratuais.
- 9.11. Aplicar à sociedade de advogados as penalidades contratuais e regulamentares cabíveis, garantidos o contraditório e a ampla defesa
- 9.12. Emitir o termo de encerramento do contrato, após sua conclusão.

10. CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

- 10.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo dos serviços, nos termos abaixo, devendo ser observado, ainda, o disposto no item 6.6 deste Termo.
- 10.2. Nos primeiros 5 (cinco) dias úteis do mês à sociedade de advogados deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual do mês anterior.
- 10.3. O recebimento provisório será realizado pelos fiscais após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:
 - 10.3.1. A CBTU realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio dos fiscais, com auxílio de outros profissionais da Companhia, se for o caso, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os ajustes, as dúvidas e as inconsistências por ventura identificadas.
 - 10.3.2. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, os fiscais deverão apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos na forma do item 6.5 deste Termo, que poderá resultar no redimensionamento dos quantitativos e valores a serem pagos ao escritório, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.
- 10.4. No prazo de até 5 (cinco) dias úteis a partir do recebimento dos documentos da sociedade de advogados, o fiscal deverá elaborar manifestação em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.
- 10.5. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.
- 10.6. Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.
- 10.7. No prazo de até 3 (três) dias úteis a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, através da elaboração de termo circunstanciado, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços.
- 10.8. Ato contínuo, a sociedade de advogados será comunicado para que emita o documento de cobrança, com o valor exato dimensionado pela fiscalização e aprovado pelo Gestor.
- 10.9. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da sociedade de advogados pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei nº 10.406, de 2002).



- 10.10. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da sociedade de advogados, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

11. CRITÉRIO DE ESCOLHA DA PROPOSTA

- 11.1. Considerando a caracterização dos serviços pretendidos como comuns, conforme item 1.5 deste Termo.
- 11.2. Considerando que o inciso IV do art. 32 da Lei nº 13.303/2016 elenca como diretriz das licitações e contratos das empresas estatais a “*adoção preferencial da modalidade de licitação denominada pregão [...]*”.
- 11.3. Considerando que o *caput* do art. 113 do RILC-CBTU estabelece que a CBTU utilizará o procedimento da modalidade pregão para a aquisição de bens e serviços comuns.
- 11.4. Considerando, por fim, que o parágrafo 1º do artigo acima referido determina que a definição da natureza comum do objeto é atribuição da área demandante e constará de forma expressa no Termo de Referência, devendo levar em consideração exame predominantemente fático e de natureza técnica.
- 11.5. Recomenda-se, com base na definição, nas especificações e nas características do objeto apresentadas neste Termo, bem como levando em consideração o voto do Min. Rel. Marcos Bemquerer no multicitado Acórdão nº 1239/2019-TCU-Plenário, que a contratação do objeto pretendido seja efetivada através de **procedimento licitatório**, na modalidade **pregão**, na forma **eletrônica**, com critério de julgamento pelo **menor preço**.
- 11.6. Nessa toada, e com vistas a corroborar com a recomendação supra, segue quadro constante do ETP nº 001-2023/GAJUR/P, elencando os benefícios da utilização do Pregão:

SERV. JURÍDICO CONTENCIOSO DE MASSA		
MODALIDADE	CÓDIGO CATSER	BENEFÍCIOS
Pregão Eletrônico (Serv. Comum)	Código: 14281 Nome do Serviço: Advocacia	<ul style="list-style-type: none">➤ Ampliação da competitividade;➤ Vantajosidade econômica;➤ Economia de escala;➤ Padronização do objeto;➤ Transferência do monitoramento e controle passivo volumoso e pulverizado;➤ Pagamento vinculado ao efetivo gerenciamento das ações;➤ Atração de escritórios de grande porte, com perfil full service ou abrangente.



- 11.7. Relativamente ao critério de julgamento, sugere-se que o menor preço seja estabelecido com base no valor por ação judicial de interesse da CBTU sob o patrocínio e gerenciamento do escritório contratado no mês de referência; adotando-se a seguinte fórmula:

Valor unitário p/ ação judicial (U)	Valor mensal (M)	Valor Global (12 meses) ² (G)
U	$M = (U \times 5.820)^1$	$G = M \times 12$

¹. Média de ações judiciais sob o patrocínio e gerenciamento do escritório contratado nos últimos 12 (doze) meses;

². Prazo de vigência inicial de 12 (doze) meses.

- 11.8. Nessa toada, considerando o critério de julgamento recomendado, caso acatado, implicará na obrigatoriedade de **sigilo do orçamento**, de acordo com o art. 34 da Lei nº 13.303/2016, devendo ser observadas as regras previstas nos parágrafos 4º e 5º do art. 113 do RILC-CBTU, além das diretrizes previstas no parágrafo 3º do artigo 7º da Lei nº 12.527/2011, e no art. 20 do Decreto nº 7.724/2012.
- 11.9. Finalmente, ressalta-se que as orientações acima são meras **recomendações**, sendo certo que **a definição do procedimento é atribuição da área de licitação**, nos termos do art. 86 e seguintes do RILC-CBTU.

12. COMPROVAÇÕES DE QUALIFICAÇÃO

- 12.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital, acrescidas das seguintes particularidades, conforme Lei nº 8.906/1994 – Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil e normativos editados pelo Conselho Federal da OAB:
- 12.2. Quanto à **habilitação jurídica**:
- 12.2.1. A sociedade de advogados deverá comprovar o registro de seus atos constitutivos no Conselho Seccional da OAB em cuja base territorial tiver sede;
 - 12.2.2. No caso de filial, deverá ser apresentado o seu ato constitutivo registrado no Conselho Seccional da OAB de onde se instalar, além do comprovante da averbação do seu ato constitutivo no registro da matriz;
 - 12.2.3. No caso de associação, deverá ser apresentado cópia do contrato associativo averbado no registro da sociedade de advogados no Conselho Seccional da OAB.
- 12.3. Quanto à **habilitação econômico financeira**:
- 12.3.1. Comprovação da inexistência de processo de falência ou recuperação judicial contra a sociedade de advogados licitante por meio de certidões expedidas pelos distribuidores competentes.
 - 12.3.2. A sociedade de advogados que estiver em recuperação judicial poderá licitar e contratar com a CBTU, desde que amparada em certidão emitida pela instância judicial competente afirmando sua aptidão econômica e financeira para participação no certame.



CBTU

Companhia Brasileira de Trens Urbanos

Administração Central

- 12.3.2.1. A certidão poderá referida no subitem acima poderá ser substituída por documento comprobatório da homologação do Plano de Recuperação Judicial, conforme entendimento reafirmado pelo Superior Tribunal de Justiça (RESP nº 1.826.299-CE).
- 12.3.3. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta, desde que sejam acompanhados da respectiva memória de cálculo da atualização.
- 12.3.3.1. Como condição de eficácia, o Balanço patrimonial da sociedade de advogados deverá estar registrado no Conselho Seccional da OAB competente, nos termos do art. 9º do Provimento nº 112/2006 do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.
- 12.3.4. Comprovação de patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação referente ao período de 12 (doze) meses, conforme Acórdão nº 1335/2010-Plenário-TCU e RESP 474781-2002/DF.
- 12.3.5. A comprovação da boa situação financeira da empresa mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:
- $$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$
- $$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$
- $$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$
- 12.3.6. As sociedades que apresentarem resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), mas comprovarem o patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação para 12 (doze) meses, conforme subitem 12.3.4 não serão eliminadas do certame por ausência de capacidade econômico-financeira.
- 12.4. O instrumento convocatório deverá prever condições de **habilitação técnica** nos seguintes termos:
- 12.5. Para fins de **habilitação técnica operacional – da sociedade de advogados**:
- 12.5.1. Comprovante de inscrição regular no Conselho Seccional da OAB em cuja base territorial tiver sede, tanto da sociedade quanto dos seus sócios.
- 12.5.2. Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, por período não



inferior a 12 (doze) meses, mediante a apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

12.5.2.1. Os atestados referir-se-ão a contratos já concluídos ou já decorrido no mínimo um ano do início de sua execução, exceto se houver sido firmado para ser executado em prazo inferior, apenas aceito mediante a apresentação do contrato;

12.5.2.2. Para a comprovação da experiência mínima de 12 (doze) meses, será aceito o somatório de atestados de períodos diferentes.

12.5.3. A compatibilidade dos serviços para fins de habilitação técnica será aferida através das seguintes comprovações:

12.5.3.1. Patrocínio simultâneo de ações em número correspondente à 50% (cinquenta por cento) do quantitativo atual de ações de interesse da CBTU – 5.820 ações;

12.5.3.2. Dentre do quantitativo exigido no subitem anterior, a maioria das ações (50% + 1) deverão ser, obrigatoriamente, de matérias trabalhistas e/ou cíveis – considerando que tais matérias correspondem a mais de 90% (noventa) por cento das ações de interesse da CBTU;

12.5.3.3. Desta forma os quantitativos exigidos serão os seguintes:

CONTENCIOSO DE MASSA – HABILITAÇÃO TÉCNICA – Nº AÇÕES		
Quantitativo atual CBTU	Mínimo Exigido	Mínimo Ações Trab./Cíveis
5.820	2.910	1.456

12.5.3.4. Patrocínio simultâneo de ações em, no mínimo, 5 (cinco) estados da federação, tendo em vista o fato de que as ações de interesse da CBTU se encontram pulverizadas no território nacional; sendo certo que tal critério foi, inclusive, ratificado pelo TCU no multicitado Acórdão 1239/2019-Plenário.

12.5.3.5. Para a comprovação do quantitativo e distribuição simultâneos mínimos somente será aceito o somatório de atestados quando eles se referirem a serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação da capacidade de técnica a uma única contratação.

12.5.4. Comprovante de tempo de formação da sociedade de, no mínimo, 3 (três) anos, considerando tempo suficiente para atingimento da maturidade da sociedade.

12.5.5. Declaração de compromisso de constituição, em até 60 (sessenta) dias, contados da celebração do contrato, de filial ou escritório, próprio ou mediante associação ou parceira, em todos os locais em que a CBTU opera ou operou e, ainda, na sede da Administração Central da Companhia; o que compreende as seguintes localidades:

12.5.5.1. Brasília/DF;

12.5.5.2. Recife/PE;

**CBTU****Companhia Brasileira de Trens Urbanos**

Administração Central

- 12.5.5.3. Natal/RN;
 - 12.5.5.4. Maceió/AL;
 - 12.5.5.5. João Pessoa/PB;
 - 12.5.5.6. Fortaleza/CE;
 - 12.5.5.7. Salvador/BA;
 - 12.5.5.8. Belo Horizonte/MG;
 - 12.5.5.9. Rio de Janeiro/RJ; e
 - 12.5.5.10. São Paulo/SP.
- 12.5.6. Para efeito do item anterior, deverá ser comprovada a constituição em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das localidades nos primeiros 30 (trinta) dias após a celebração do contrato; com o restante devendo ser comprovado nos 30 (trinta) dias subsequentes.
- 12.6. Para fins de **habilitação técnica profissional** a sociedade de advogados deverá:
- 12.6.1. Comprovar possuir em seus quadros, no mínimo, 2 (dois) advogados de nível pleno, com tempo de formação igual ou superior a 4 (quatro) anos e especialização, um em direito civil e outro em direito do trabalho, que atuarão como Coordenadores (responsáveis técnicos) dos processos da CBTU.
 - 12.6.2. Comprovar que possui em seus quadros um mínimo de 25 (vinte e cinco) advogados capacitados para a execução dos serviços objeto da contratação – equivalente a 50% (cinquenta por cento) do número de advogados que deverá possuir durante a execução contratual, conforme subitem 8.6, deste Termo.
 - 12.6.3. Para fins de comprovação dos requisitos de habilitação técnica profissional, a sociedade deverá encaminhar a relação nominal dos profissionais, acompanhadas da comprovação do vínculo que poderá se dar pela apresentação do contrato social, contrato de trabalho, da anotação na CTPS ou do instrumento de associação participativa devidamente averbado na seccional da OAB.
 - 12.6.3.1. No caso do subitem 12.6.1 a documentação acima deverá ser complementada com o certificado ou diploma de conclusão da graduação e da especialização.
 - 12.6.4. Apresentar comprovação de inscrição regular no Conselho Seccional da OAB em cuja base territorial tiver sede, de todos os advogados relacionados na forma dos subitens 12.6.1 e 12.6.2.
 - 12.6.5. Para fins de análise e definição do nível do profissional a ser exigido, conforme subitem 12.6.1, deverá ser considerado o seguinte quadro:

NÍVEL	FORMAÇÃO	EXPERIÊNCIA	ATIVIDADES
Pleno	Pós-Graduado (lato sensu) ou MBA	5 a 9 anos	Média complexidade; Conhecimento aprofundado; Decisões em conjunto com superior
			Audiências de instrução; recursos; sustentação oral; execução



- 12.7. As demais exigências relacionadas à equipe técnica, necessárias à boa e regular execução contratual, prevista no tópico 8 - **OBRIGAÇÕES DA SOCIEDADE DE ADVOGADOS CONTRATADA** - somente serão exigidas após a celebração do instrumento contratual.
- 12.8. Além das exigências de habilitação gerais e específicas deverão ser exigidas as seguintes **certidões e declarações** da sociedade de advogados:
- 12.8.1. Certidão de Regularidade Financeira perante o Conselho Seccional da OAB;
 - 12.8.2. Certidão negativa de condenação em processo disciplinar expedida pela respectiva Seccional da OAB para todos os sócios; e
 - 12.8.3. Declaração que a sociedade e os advogados que em nome dele atuam não estejam patrocinando cliente que tenha ação, processo ou procedimento em desfavor da CBTU.

13. PRAZOS DE VIGÊNCIA E EXECUÇÃO

- 13.1. Os prazos de vigência e execução do contrato celebrado em decorrência deste Termo, será de **12 (doze) meses**, podendo ser prorrogado por até o limite de 5 (cinco) anos, nos termos do art. 71 da Lei nº 13.303/2016, observados os requisitos legais e contratuais, com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para CBTU.

14. REGIME DE EXECUÇÃO

- 14.1. O regime de execução contratual recomendado é de execução indireta mediante preço unitário de ação judicial sob o patrocínio e gerenciamento da sociedade de advogados.

15. PAGAMENTO

- 15.1. O pagamento será efetuado pela CBTU no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento do documento de cobrança (Nota Fiscal/Fatura).
- 15.1.1. Com relação à Carta Precatória o valor será 50% (cinquenta por cento) do montante a ser pago por ação.
- 15.2. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme estabelecido neste Termo de Referência.
- 15.3. A documentação de cobrança (Nota Fiscal/Fatura) relativa à prestação dos serviços deverão ser entregues pela sociedade de advogados:
- 15.3.1. Em meio físico, no Protocolo da CBTU, cujo endereço será fornecido pela gestão/fiscalização do contrato; ou
 - 15.3.2. Em meio digital no endereço eletrônico fornecido pela gestão e fiscalização do contrato, desde que seja possível atestar a confiabilidade do documento enviado.
- 15.4. A documentação de cobrança (Nota Fiscal/Fatura) deverá vir acompanhada da documentação indispensável à aferição de sua exatidão, bem como das certidões atualizadas regularidade fiscal - CRF e a Certidão da Receita Federal – além de cópia de consultas nos cadastros SICAF, CEIS, CNEP, TCU (licitantes inidôneos), CNJ (improbidade) e CADIN.



- 15.5. Havendo erro na apresentação do documento de cobrança ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a sociedade de advogados providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CBTU.
- 15.6. Nos preços dos serviços propostos já deverão estar incluídos todos os tributos, encargos, fretes, além de ônus da legislação trabalhista e taxas de bonificação e despesas indiretas.
- 15.7. Demais formalidades inerentes ao pagamento deverão ser disciplinadas no instrumento contratual.

16. GARANTIAS

- 16.1. A sociedade de advogados prestará garantia de execução do contrato, nos moldes do art. 70 da Lei nº 13.303/2016, com validade durante toda a execução do contrato e por 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato.
- 16.2. No prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério da CBTU, contados da assinatura do contrato, a sociedade de advogados deverá apresentar comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro, seguro-garantia ou fiança bancária.
- 16.3. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa, na forma prevista no instrumento contratual.
 - 16.3.1. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a CBTU a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas.
- 16.2. A garantia de execução será executada pela CBTU, como compensação por quaisquer perdas e danos resultantes de inadimplemento da sociedade de advogados no cumprimento de suas obrigações.
- 16.3. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.
- 16.4. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a sociedade de advogados obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.
- 16.5. As demais regras e condições inerentes à garantia de execução deverão ser disciplinadas no instrumento convocatório e na minuta do contrato.

17. CRITÉRIOS PARA REAJUSTAMENTO

- 17.1. A proposta de preços apresentada poderá ser reajustada, desde que seja observada a periodicidade anual, aplicando-se a fórmula a seguir:

$$R = \frac{VUM (I_1 - I_0)}{I_0}$$



onde:

- a) R = Valor Base de Remuneração, reajustado.
 - b) VUM = Valor Unitário Mensal de Remuneração
 - c) I_0 = Índice econômico setorial, publicado pela revista Conjuntura Econômica da F.G.V., coluna 02 (DI), código 161384, correspondente ao mês de abertura das propostas (data base).
 - d) I_1 = Mesmo índice anterior correspondente ao mês de reajuste anual do contrato.
- 17.2. Se à época do reajuste não houver possibilidade de obtenção do índice relativo ao mês deste reajuste I_1 , este deverá ser calculado provisoriamente, acrescentando-se ao último índice conhecido, a última variação conhecida, obtendo-se, assim, o índice provisório do mês de reajuste (I_1).
- 17.3. Como a maioria dos índices econômicos mensais são conhecidos até o dia 15 do mês subsequente à sua aprovação, a sociedade de advogados deverá apresentar os documentos de acerto da diferença de reajuste, no prazo de até 10 (dez) dias, após a divulgação oficial dos índices e serão adotados os seguintes procedimentos.
- 17.4. No caso de última cobrança, o cálculo do reajustamento deverá ser feito sempre com a utilização do índice definitivo do reajustamento devido.
- 17.5. A periodicidade de aplicação desta expressão de reajuste será anual, tendo como termo inicial a data da apresentação da proposta adjudicada na licitação para o primeiro reajuste e para os subsequentes, a data do último reajuste.

18. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

- 18.1. A gestão, a fiscalização e a supervisão do contrato ficarão a cargo da CBTU, através da área demandante da contratação que, dentre outras atribuições que lhe são próprias, terão o encargo de acompanhar a conformidade da execução dos serviços, materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste; apontando os atrasos e fatos ocorridos durante a execução dos serviços passíveis de sanções.
- 18.1.1. Considerando as desta contratação, conforme estabelecido no ETP nº 001-2023/GAJUR/P, deverá ser observada a viabilidade de adotar a gestão por toda a área jurídica – Gerência Geral, Gerência Operacional e Coordenações Técnica e Operacionais, de maneira compartilhada e sistemática; conforme autoriza o art. 8º, §§ 4º e 5º do Decreto nº 11.246/2022.
- 18.1.2. Caso adotada a sugestão acima, o chefe da área jurídica da Administração Central responderá pelas decisões e pelas ações tomadas no seu âmbito de atuação.
- 18.2. A CBTU nomeará gestor e fiscais técnicos e setoriais do contrato, os quais serão especialmente designados, por ato específico, no prazo de 10 (dez) dias contados da data da assinatura do instrumento contratual.
- 18.3. As atividades de gestão e fiscalização deverão observar as regras estabelecidas neste termo de referência, no edital de licitação, no contrato e na proposta da sociedade de advogados,



bem como a legislação aplicável e as normas internas específicas da CBTU, em especial àquelas estabelecidas na Seção III, Capítulo I, Título IV do RILC-CBTU (“GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DOS CONTRATOS”).

- 18.4. A sociedade de advogados deverá designar representante para acompanhamento e controle da execução do objeto do contrato no mesmo prazo previsto no item 18.2.

19. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 19.1. A sociedade de advogados contratado estará sujeita às penalidades estipuladas no contrato, decorrentes de suas condutas comissivas ou omissivas, prejudiciais à CBTU, realizadas durante a execução contratual.
- 19.2. O contrato deverá conter cláusula com sanção administrativa a ser aplicada em decorrência de atraso injustificado na execução da avença, sujeitando a sociedade de advogados a multa de mora.
- 19.3. Pela inexecução total ou parcial do contrato a CBTU poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à sociedade de advogados as seguintes sanções:
- 19.3.1. Advertência;
 - 19.3.2. Multa, na forma prevista no instrumento contratual;
 - 19.3.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a CBTU, por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- 19.4. A aplicação de sanções administrativas observará as disposições legais, regulamentares e contratuais, sendo garantido o devido processo administrativo, com respeito à ampla defesa e ao contraditório, em todas as fases da gestão contratual e do processo sancionador.

20. DISPOSIÇÕES FINAIS

- 20.1. A CBTU é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados.
- 20.2. A contratação pretendida reger-se-á, especialmente, pela Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016 - Estatuto Jurídico das Empresas Estatais, pelo Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, no que couber; e pelo Regulamento Interno de Licitações, Contratações Diretas, Contratos e Convênios da Companhia Brasileira de Trens Urbanos CBTU, disponível em: https://www.CBTU.gov.br/images/licitacoes/rilc_CBTU.pdf.
- 20.3. Em caso de divergência ou contradição entre as disposições constantes neste Termo de Referência, no Edital da Licitação e no Termo de Contrato, prevalecerão as disposições editalícias.
- 20.4. A Contratada se compromete por si, seus empregados e prepostos, a manter a mais estrita confidencialidade, em relação ao conteúdo dos procedimentos e normas da CBTU, ou de qualquer informação que vier a receber, ou que tomar conhecimento, em virtude da presente contratação.
- 20.5. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista para o exercício de 2023, conforme classificação abaixo:



- 20.5.1. Classificação Funcional Programática: 15.122.2116.2000.0001;
 - 20.5.2. PTRES: 275080;
 - 20.5.3. Elemento de Despesa: 339039;
 - 20.5.4. Plano Interno: A1DEJR01;
 - 20.5.5. Natureza da Despesa: CUSTEIO.
- 20.6. Os casos omissos que porventura surgirem quando da execução dos serviços contratados serão decididos pela CBTU, segundo as disposições contidas na Lei nº 13.303/2016 e no RILC/CBTU, bem como dos preceitos de direito privado.
- 20.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Termo excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na CBTU.
- 20.8. As demais formalidades inerentes à execução dos serviços contratados deverão estar em conformidade com a minuta do Contrato, anexa ao Edital da Licitação.

21. ANEXOS

- 21.1. ETP nº 001-2023/GAJUR/P;
- 21.2. Tabela: Quantitativo de ações – CTR. nº 013-2019/P;
- 21.3. Mapa de Riscos;
- 21.4. Portaria SOF/ME, nº 352, de 11 de janeiro de 2021;
- 21.5. Modelo da Guia de Esquematização de Processos & Aferição dos Riscos Fiscais - GEPARF;
- 21.6. Modelo do relatório para aferição dos riscos fiscais.

Brasília, 18 de outubro de 2023.


RAFAELLA LINS
Gerente Geral – Jurídico
GAJUR



CBTU

Companhia Brasileira de Trens Urbanos

Administração Central

Brasília, 18/10/2023.

Aprovo e ratifico, integralmente, o presente Termo de Referência, na forma em que proposto, conforme art. 74, parágrafo único do RILC-CBTU.

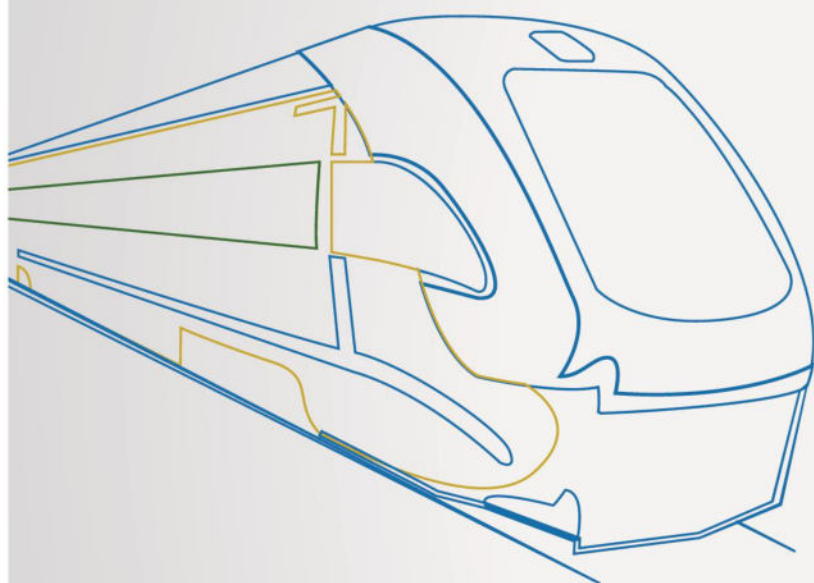
[Redacted signature area]

JOSE MARQUES DE LIMA

Diretor-Presidente

(superior hierárquico)

PROPOSTA DE PREÇOS



CBTU - COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS

ANEXO II

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005-2023/GALIC/AC/CBTU
ANEXO II
PROPOSTA DE PREÇOS

OBJETO: Contratação de sociedade de advogados, regularmente constituída, para o patrocínio e o gerenciamento de ações, processos e procedimentos judiciais e administrativos relacionados ao contencioso de massa ou massificado, de interesse da Companhia Brasileira de Trens Urbano – CBTU, na Administração Central e nas suas Superintendências Regionais.

QUANT. ESTIMADO AÇÕES JUDICIAL: 5.820 (cinco mil oitocentos e vinte ações).

VALOR UNITÁRIO MENSAL POR AÇÃO: R\$ 29,98 (vinte e nove reais e noventa e oito centavos).

VALOR MENSAL: R\$ 174.483,60 (cento e setenta e quatro mil, quatrocentos e oitenta e três reais e sessenta centavos)

VALOR GLOBAL (12 MESES): R\$ 2.093.803,20 (dois milhões, noventa e três mil, oitocentos e três reais e vinte centavos).

TABELA RESUMO – PROPOSTA DE PREÇOS			
Nº de ações	Valor Un. Mensal p/ Ação	Valor Mensal	Valor Global 12 meses
5.820	29,98	174.483,60	2.093.803,20

VALIDADE DA PROPOSTA: 60 (sessenta) dias.

OBS.1: O valor proposto compreende todos os custos e despesas para execução dos serviços especificados, direção, supervisão, administração, mão-de-obra, materiais, transporte de pessoal e de materiais, seguros, hospedagens, alimentação, além de tributos e encargos sociais, previdenciários e trabalhistas e quaisquer custos diretos ou indiretos necessários à completa execução dos serviços objeto da licitação, à exceção das despesas judiciais inerentes a cada um dos processos que se façam necessárias, nos estritos termos da minuta de contrato que integra o presente edital.

OBS.2: O valor mensal total inicial a ser pago a CONTRATADA é resultante da multiplicação do número de ações a serem entregues quando da assinatura do contrato pelo valor unitário mensal por ação.

SOCIEDADE DE ADVOGADOS: Carreira e Sartorello Advogados Associados

LOCAL E DATA: Bauru/SP, 22 de maio de 2024.

ASSINATURA:

CARREIRA E SARTORELLO ADVOGADOS ASSOCIADOS
CNPJ Nº 05.905.879/0001-34

Dirceu Carreira Junior
Sócio Administrador
CPF Nº [REDACTED]